



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
CURSO DE PEDAGOGIA

Tatiana Gonçalves Martins

**Implicações das violências no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma
análise Histórico-Crítica das violências sexuais**

Florianópolis

2026

Tatiana Gonçalves Martins

**Implicações das violências no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma
análise Histórico-Crítica das violências sexuais**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação
submetido ao curso de Pedagogia do Centro de
Ciências da Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jeane Vanessa Santos Silva.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Marta Corrêa de Moraes.

Florianópolis
2026

Martins, Tatiana Gonçalves
Implicações das violências no desenvolvimento de crianças
e adolescentes: uma análise Histórico-Crítica das violências
sexuais / Tatiana Gonçalves Martins ; orientador, Jeane
Vanessa Santos Silva, coorientador, Marta Corrêa de
Moraes, 2026.
94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Violências sexuais. 3. Crianças. 4.
Educação. 5. Desenvolvimento. I. Silva, Jeane Vanessa
Santos. II. Moraes, Marta Corrêa de. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. IV.
Título.

Tatiana Gonçalves Martins

**Implicações das violências no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma
análise Histórico-Crítica das violências sexuais**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciatura e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Pedagogia.

Florianópolis, 03 de julho de 2026.

Edna Araujo dos Santos de Oliveira
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof^a Dr^a. Jeane Vanessa Santos Silva
Orientadora

Prof^a Dr^a. Marta Corrêa de Moraes
Coorientadora

Prof. Dr. Rogério Machado Rosa
Membro titular

Profª Drª. Angélica Silvana Pereira

Membro titular

Profª Drª. Carolina Picchetti Nascimento

Membro suplente

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que cruzaram meu caminho, e contribuíram de alguma forma para que eu pudesse seguir em frente. Agradeço a minha mãe e avó que foram a base para que eu pudesse crescer. Agradeço ao Angelo o filho maravilhoso que tenho. Agradeço a todos os professores que tive na minha jornada e que foram a ponte para a minha caminhada. Agradeço a capacidade de aprender e me desenvolver, para que hoje eu possa ser professora e passar o que aprendi adiante. Dedico este trabalho a todas as crianças e pessoas que sofreram qualquer tipo de violência.

“Toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não. É, a um tempo, desamor e óbice ao amor. Óbice ao amor na medida em que dominador e dominado, desumanizando-se o primeiro, por excesso, o segundo, por falta de poder, se fazem coisas. E coisas não se amam” (Paulo Freire, 1983).

RESUMO

Esta pesquisa bibliográfica foi realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, referente a uma análise histórico-crítica sobre as violências e abusos sexuais que vitimizam crianças e adolescentes. Buscando compreender as implicações no desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais, e como estas violências afetam a saúde física, psicológica, educacional, e as relações sociais das crianças e adolescentes. Para realizar esta pesquisa foi feito uma busca bibliográfica em livros, artigos, sites oficiais, sobre o tema das violências e infâncias, analisando a estrutura da sociedade patriarcal, colonial, capitalista, como principais legitimadoras das violências sociais e da cultura do estupro, contra os corpos de mulheres, crianças e adolescentes. A violência é um dos métodos de exploração e opressão histórica e cultural que está enraizado nas políticas e na organização social para acumulação de riquezas materiais privadas e exploração dos trabalhadores. Esta pesquisa busca ampliar os diálogos sobre as violências e as violências sexuais, praticados na sociedade e no ambiente doméstico, onde existem as maiores ocorrências, a maioria praticado por homens contra mulheres e crianças; e como estas violências afetam as relações familiares, sociais e o desenvolvimento das vítimas. Debatendo a importância das políticas públicas, e da garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, e sobre como a escola pode ser um espaço de proteção e denúncias das vítimas, integrando os órgãos públicos intersetoriais no combate às violências.

Palavras-chaves: Violências sexuais; Crianças; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This bibliographic study was conducted as the final project for a Pedagogy degree, offering a historical-critical analysis of the culture of sexual violence. It seeks to understand the implications for the learning and development of children and adolescents who are victims of sexual violence—violence that hinders their growth and education while negatively affecting their physical and psychological health and social relationships. To carry out this study, a literature review on violence and childhood was conducted, analyzing the structure of patriarchal and capitalist European society as a legitimizing force for social violence and rape culture directed at the bodies of women, children, and adolescents. Violence serves as a method of exploitation and historical-cultural pressure rooted in political and social structures designed for the accumulation of material wealth. This research aims to broaden the dialogue regarding violence—specifically sexual violence—perpetrated in both society and the domestic sphere (where the highest incidence occurs, mostly committed by men against women and children) and to examine the consequences for the victims. It also discusses the importance of public policies and the guarantee of children's and adolescents' rights in Brazil, exploring how schools can serve as spaces for protection and reporting, while integrating various public agencies in the fight against sexual violence.

.

Keywords: Violence; Sexual violence; Children; Education; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Infográfico apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública.....	35
Figura 2: Infográfico apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente
CRAMI	Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus-tratos na Infância
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DO PATRIARCADO AO CAPITALISMO, A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA COMO LEGITIMADORA DAS VIOLÊNCIAS.....	16
2.1	A CULTURA FAMILIAR COMO REPRODUTORA DAS VIOLÊNCIAS SOCIAIS E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	25
3	VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS E A RESPONSABILIDADE SÓCIO-POLÍTICA DE AÇÕES PROTETIVAS.....	36
3.1	A HERANÇA COLONIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PESSOAS NEGRAS...	46
4	A ESTRUTURA HISTÓRICO-SOCIAL DA CULTURA DO ESTUPRO: VITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	50
4.1	IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS.....	65
4.2	OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS.....	71
5	A ESCOLA COMO LUGAR DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS.....	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Escolher a temática das violências que vitimizam crianças e adolescentes foi difícil pela complexidade do tema e pelos sentimentos que foram despertados com a pesquisa. Este trabalho envolve grandes desafios sociais, causados por pessoas na história. Na contemporaneidade a temática das violências ganharam destaque acadêmico nas pesquisas e teorias, pela intersecção que é feita com as diversas áreas do conhecimento, e pela urgência de combater as violências praticadas na sociedade.

O objetivo deste trabalho é compreender historicamente as violências sociais, sexuais, praticadas contra crianças e adolescentes, que são as principais vítimas dessas violências. Analisando a estrutura social, política, econômica, familiar, como reprodutora de violências na sociedade, e como as políticas públicas brasileiras, as escolas, e os profissionais, podem contribuir no enfrentamento das violências e na proteção das crianças e adolescentes. Este estudo evidencia algumas das diversas violências praticadas na sociedade, como físicas, psicológicas, com um recorte das violências sexuais contra crianças e adolescentes, que foram praticadas em muitos períodos históricos, como no sistema patriarcal, nas guerras imperialistas, no sistema colonial europeu, por dominação de terras e povos.

O processo de construção social se deu através de muitas disputas por poder, em que foi utilizado as diversas formas de violências: física, psicológica, sexual, material e ideológica, entre outras, como instrumento de poder político, econômico e cultural, marcados pelas desigualdades, de raça, classe, gênero, etnia, entre outros. Segundo a análise de Azevedo e Guerra (1989) “vivemos em uma sociedade onde os homens são encorajados a infligir sua violência contra mulheres e crianças, sutil e abertamente.” (p.88 *apud* Bass, E. & Thornton, L. 1983, p. 14-15).

Para compreender esse processo histórico de violências que são noticiadas todos os dias na atualidade pelas mídias sociais, precisamos entender o contexto histórico, social e cultural dos nossos antepassados, dos quais herdamos esse legado de violências. Conforme aponta Westphal (2002): “Porém,

quando se refere à sociedade em geral, diz que [...] a história da humanidade se fundou numa prática de violência contra as crianças” (p.97 *apud* Minayo 1975, p.27). Desde o início da nossa existência somos educados pelo meio social, que influencia nosso modo de ser e agir socialmente, e analisando essa cultura de violências praticadas na sociedade, compreendo que temos uma história social educada na e para a violência.

A partir do conhecimento histórico e dos conflitos sociais, surgiu essa preocupação do porquê temos uma sociedade tão violenta e como as violências afetam a aprendizagem e desenvolvimento das crianças e adolescentes. Como graduanda de pedagogia, senti esta necessidade de aprofundar o conhecimento de como acolher e trabalhar com crianças e adolescentes vítimas de violências nas escolas. Por isso, esta pesquisa visa contribuir na produção de conhecimento e discursões sobre a temática das violências e as violências sexuais.

Para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre a temática das violências na biblioteca universitária, em livros, sites oficiais, para elaboração de um fichamento de leitura sobre a temática, e pesquisas em sites oficiais do Brasil que apresentam os dados atuais das violências sociais. Foi analisado autores de referência, que, em seus trabalhos, tratam as questões das violências e infâncias no contexto histórico e social, como Azevedo e Guerra (1989), Ariés (1981), Davis (2016), Freire (1983), Kramer (1992), Westphal (2002), Foucault (1987), Vygotsky (2010) e outros. Que fundamentaram esta análise histórico-crítica, sobre a nossa organização sócio-histórica, e de como as violências sociais afetam o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

No curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o tema das violências e da violência sexual contra crianças e adolescentes, não foi aprofundado no currículo regular do curso, por não haver uma disciplina obrigatória sobre a temática das violências e infâncias. Porém, realizei uma disciplina de Educação e Infância, em que o professor aprofundou a discussão sobre as violências contra crianças, e outra disciplina optativa sobre os direitos das crianças e adolescentes, e contribuiu com o meu interesse pela

temática. Sendo um assunto discutido durante outras disciplinas obrigatórias de maneira interdisciplinar, com muitas lacunas que foram deixadas na formação docente, principalmente sobre como trabalhar a questão das violências com crianças e adolescentes no contexto escolar.

O processo de construção das sociedades e as diversas culturas na história influenciaram diretamente nossas práticas, as relações sociais, nosso modo de compreensão da realidade, a nossa ação no mundo, que é moldada por costumes e padrões de comportamentos, que é produzido historicamente, de acordo com o poder dominante imposto em cada período histórico, e que pode ser transformado pelos agentes sociais a realidade que vivemos.

A estrutura social é um reflexo das ações, do ideal dos homens, que por milhares de anos estiveram no poder, no controle das sociedades, impondo suas vontades sem limites ou punições justas. Como destaca Beauvoir (2019) “A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens” (p.105). Essa herança patriarcal ainda está presente na nossa concepção de organização social, influenciando as culturas globais, com os homens ainda sendo o centro das ações e decisões sociais, desconsiderando os direitos das mulheres e crianças nas tomadas de decisões na vida política e social.

Essas desigualdades sociais que se originam no passado não deveriam ter sido impostas às gerações seguintes, pois deveríamos ter aprendido com os erros do passado, mas insistimos em repeti-los. Nossa compreensão sobre as relações sociais deveria ter se transformado, para melhorar o modo de vida das pessoas no presente e no futuro. Esta desvalorização social das mulheres e crianças na história, legitimou as diversas formas de violências contra os corpos das mulheres e crianças, que foram e ainda são submetidas a todas as formas de exploração e negligências.

Pesquisando sobre as violências praticadas no passado e no presente, observa-se o fato de que a violência sexual esteve presente em muitos períodos históricos, desde os povos primitivos até na atualidade. Encontrado em muitos estudos a conformação social com a pedofilia, incesto e estupros em massas,

praticados principalmente por homens contra mulheres e crianças. Foi identificado que a maioria das ocorrências são no ambiente doméstico, praticado por homens das famílias. Por isso, este trabalho, destaca e analisa a temática das violências sexuais que vitimiza milhares de pessoas, e as implicações destas violências no desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes.

Estes estudos ajudaram a olhar a problemática das violências e das infâncias de forma crítica, realizando uma análise histórica e cultural sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico, causado na maioria por homens da família, ou próximo as vítimas, que também está relacionado com outras violências. Buscando compreender as iniciativas das políticas públicas no Brasil, no combate às violências e o papel da educação na formação e transformação dos sujeitos, e na garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

A escola é uma das principais instituições para formação humana, em que se revela a diversidade dos sujeitos e da sociedade, onde as violências podem se manifestar e se reproduzir, também é o espaço que se pode educar as crianças e adolescentes com uma aprendizagem ética da vida em sociedade, num processo de socialização a partir de um ensino Histórico-Crítico, em que haja plena aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos, capazes de transformar para melhor a sociedade em que vivem. Assim, os docentes podem atuar como agentes de proteção das crianças e adolescentes no contexto escolar, para isso, se valendo de formação continuada sobre a temática das violências para a proteção das infâncias. Essa investigação permitirá uma reflexão e defesa da educação pública como transformadora das pessoas e da sociedade para uma cultura não violenta, de libertação e emancipação social.

2 DO PATRIARCADO AO CAPITALISMO, A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA COMO LEGITIMADORA DAS VIOLÊNCIAS

As crianças são integrantes ativas da vida social, elas presenciaram e contribuíram integralmente na história, na cultura e na vida social. Porém, seus direitos e seus cuidados foram negligenciados e explorados nas sociedades. As crianças possuem uma imaturidade biológica legítima, que reflete em seu desenvolvimento físico e psicológico que é diferente da maturidade dos adultos. Assim, as violências causadas pelos adultos atingem de forma ainda mais severa as vidas das crianças, que são as maiores vítimas das violências sociais, afetando diretamente o desenvolvimento infantil. A ideia e a compreensão de “ser criança”, de “ter uma infância” não existia no passado, no entanto, foi se modificando durante a história conforme aponta a análise de Kramer:

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. (1992, p. 19).

As crianças foram tratadas como um “vir a ser adulto” na maior parte da nossa história ocidental, sendo exploradas, violentadas e discriminadas com as mesmas leis e costumes aplicados aos adultos. É a partir da Revolução Industrial que as crianças são incluídas nas lutas por direitos sociais, como a redução da jornada de trabalho infantil e a obrigatoriedade do ensino regular para as crianças. É considerando as diferentes faixas etárias das crianças na participação social e econômica, que inicia um processo de reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos com necessidades específicas da infância, como segurança, saúde e educação.

Quando pensamos na infância hoje, imaginamos crianças que brincam, estudam, têm uma família, uma comunidade, que possuem histórias, culturas, que deveriam ter segurança, direitos, amor, pensamos em uma infância livre de violências. Porém, essa não é a realidade de muitas crianças e adolescentes no

Brasil, e no mundo. Essa concepção de crianças e infâncias que temos hoje a partir da modernidade, não existia no passado, e nem é a realidade de muitas crianças, ainda hoje. Como aponta a análise dos estudos de Philippe Ariès (1981):

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (Ariès, 1981, p. 99).

Essas diferenças do ideal de vida das crianças tem recorte de raça, classe, gênero, etnia, entre outros, uma vez que que crianças brancas desfrutam de maiores privilégios e comoção social que as crianças negras, por exemplo. Como também estão em piores condições as crianças que moram em áreas periféricas, em áreas rurais, crianças de famílias pobres, crianças que vivem nas ruas, crianças que trabalham, que não frequentam a escola, que tiveram suas infâncias interrompidas, violentadas para sobreviver na sociedade capitalista, na qual a riqueza material está acima das necessidades vitais humanas.

Por meio das pesquisas bibliográficas de autores de referência, foi possível analisar criticamente o processo histórico que influenciou nosso modo de organização social. Para entendermos o histórico de violências do presente, precisamos analisar o histórico de violências do passado, herdado das guerras políticas e colonialistas, que legalizaram as diversas formas de violência na sociedade.

Michel Foucault (1987) analisou o desenvolvimento das formas de opressão e punições das leis nos governos europeus que utilizavam o cadafalso, o suplício, para exibir aos povos as torturas extremas praticadas contra possíveis autores de crimes da época, que incluía também as crianças. Sendo as pessoas desmembradas e torturadas até a morte, para demonstrar o poder dos governantes e evitar a revolução das massas contra os tiranos.

Assim, com o surgimento das prisões, o controle sobre os povos era exercido com a força policial, com o objetivo de controlar os corpos e ações das

peçoas, as tornando dóceis e submissas aos padrões dos governantes por meio de práticas de coerção e violência para atender as exigências do sistema político, como demonstra análise de Foucault:

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; (1987, p. 29).

Os governantes em cada época, usaram e usam, os homens dos exércitos, soldados, da polícia, para conquistar terras, povos, poder econômico, político, religioso, cultural... comandados por países europeus, como Inglaterra, França, Itália, Portugal, Espanha, e outros, que através de invasões, guerras, genocídios, epistemicídios e escravidão, praticaram as maiores violências humanas já registradas na história. Tais violências prejudicaram o desenvolvimento em massa da classe trabalhadora, em detrimento do enriquecimento privado da elite dominante em cada período histórico. Esse legado de violências ainda está presente na socialização dos homens e meninos, imposto pelo patriarcado a herança do machismo, das desigualdades de gêneros, conforme análise das autoras Azevedo e Guerra :

As guerras apontam também na mesma direção: os homens são educados para a violência. E esta socialização para a violência começa muito cedo, presenteando-se os meninos com armas de brinquedo. Além de aprender a matar, ainda que de brincadeira, o menino dispõe de jogos industrializados, nos quais dois conjuntos de soldados, dois times, fazem guerra entre si. E quem maneja esta guerra é o garoto. É, portanto, treinado para matar e para o comando da guerra. Desta sorte, não é difícil perceber porque uma grande parte dos homens tende a apresentar características de pessoa violenta. (1989, p. 58-59).

As torturas e assassinatos na época da Inquisição, Colonialismo, nas guerras históricas, sendo na Primeira e na Segunda Guerra Mundial que aconteceram os piores genocídios da história. Em que milhões de pessoas foram assassinadas da forma mais cruel possível em campos de extermínio nazistas, os quais buscavam uma sociedade hegemônica branca, elitista, com o apagamento das diferentes culturas e povos. Temos um passado e um presente marcado por guerras, tragédias, violências sociais. A análise crítica de Karl Marx (1980) sobre a passagem do colonialismo para o sistema capitalista, nos mostra o processo das violências praticadas na história em busca de riquezas materiais, as custas do extermínio dos povos trabalhadores, como descrito em “O Capital”:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caça da lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. (Marx, 1980, p. 868).

A partir da ideologia de dominação e exploração do patriarcado, se desenvolveram novas práticas de violência no sistema capitalista. Associaram suas invasões e conquistas nas guerras, sobre as terras, povos, propriedades, com o corpo das mulheres e crianças como um objeto de exploração pessoal, social, sexual, entre outros, reafirmando a educação dos homens pelo machismo e misoginia. Sendo o corpo utilizado como objeto de exploração, que poderia ser usado e violentado, sem que os violentadores sofressem as punições.

O patriarcado branco submeteu a sociedade à violências estruturais que degradam e destroem a integridade e os valores das vidas humanas, causando danos irreversíveis no desenvolvimento humano e social. Usando a força, a coerção, a justificativa moral, religiosa, as leis, o controle econômico e político, como instrumentos das violências para atingir os desejos, objetivos e interesses dos homens de poder social.

As violências sociais que conhecemos foram ensinadas e praticadas, em sua maioria, por homens de poder, que usaram diversas estratégias de controle dos povos, como o controle religioso e político para explorar e oprimir a população mais vulnerável, como mulheres, crianças e adolescentes. Ao

submeter as mulheres ao domínio e exploração dos homens, o patriarcado também submeteu as crianças ao seu domínio e exploração violenta. A submissão feminina foi imposta por leis autoritárias, costumes sociais e práticas violentas de coerção, que também foram impostas às crianças. As mulheres foram violentamente privadas dos direitos sociais, econômicos e políticos na maior parte da história ocidental.

Os sistemas opressores da sociedade se apoiam na religião, como o cristianismo, como fonte de alienação e controle dos povos. Assim, grandes líderes políticos e religiosos usavam a fé como instrumento de coerção e controle das pessoas, e muitos líderes a usavam para se protegerem de seus crimes. Muitos governantes históricos usaram a religião para perpetuar o massacre da população, como foi na Inquisição cristã, uma das perseguições religiosas mais sangrentas da história, contra aqueles que não aceitavam as imposições do cristianismo, perseguindo, torturando e matando milhares de pessoas que resistiram às imposições religiosas.

Grandes conflitos sociais e históricos, foram causados por líderes políticos e religiosos, que criaram suas próprias leis e tornaram legítimas as violências contra os outros povos, como forma de ascensão social, de poder e controle das massas populares. As pessoas foram manipuladas com as distorções da verdade, com um falso discurso moralista de regras e costumes contra a própria população, para satisfazer o interesse dos capitalistas que governam a sociedade. Como citou Marx em “O Capital”:

As barbaridades e as implacáveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs, em tôdas as regiões do mundo e contra todos os povos que elas conseguem submeter, não encontram paralelo em nenhum período da história universal, em nenhuma raça, por mais feroz, ignorante, cruel e cínica que se tenha revelado. (1980, p.869).

Ainda no presente, assistimos e presenciamos o genocídio praticado por governos contra populações inocentes, como o genocídio na Palestina, no Sudão, e tantos países do sul global que foram atacados e explorados pelos países do norte global que se desenvolveram expropriando as riquezas de outros países e explorando a classe trabalhadora.

Estamos submetidos às maiores violências sociais, como desnutrição, crise climática, guerras... que os representantes do poder público que governam as nações causam, permitem, colaboram e submetem a população a grandes violências sociais, como os constantes ataques aos direitos humanos. Do assassinato à torturas, exploração de trabalho, agressões físicas, sendo os homens de poder que fazem as leis, os próprios criminosos que não são julgados e não condenados por seus crimes.

Esses acontecimentos históricos marcados por violências influenciam diretamente no desenvolvimento social sobretudo de crianças, pois estas crianças que nascem e crescem em meio ao caos moral marcado por violências, além de se tornarem vítimas dessas violências, crescem naturalizando essas barbáries e, quando adultos, podem se tornar agentes de práticas de violência ou agentes de mudanças contra as violências, a partir da organização e educação social.

As crianças e adolescentes foram tratados por muito tempo no ocidente como adultos em “miniaturas”, desde que aprendiam a caminhar e falar, vivendo os mesmos conflitos, costumes, leis e punições sociais impostos aos adultos. As crianças sofreram a exploração do trabalho infantil, sequestro e tráfico de crianças, exploração sexual e o infanticídio; foi naturalizada a alta mortalidade infantil, sendo a barbárie contra as crianças e adolescentes aceita e praticada nas culturas do passado e ainda vivenciadas por muitas vítimas no presente. Isso nos revela um padrão degradante que prejudica o desenvolvimento social das crianças e adolescentes, que são explorados e negligenciados na organização social, política e econômica.

As crianças sempre estiveram abaixo na hierarquia patriarcal, que é definida pelo pátrio poder, o poder dos homens, seguido pela submissão das mulheres e por último a submissão das crianças a ambos. Nessa hierarquia, os homens se apropriam da estrutura social, política e econômica e usam todo esse domínio contra mulheres e crianças, impedindo os direitos políticos das mulheres e crianças de viverem livres, com segurança e com dignidade material, social. O

estudo das autoras Azevedo e Guerra, nomeia esse fenômeno de desigualdade como a síndrome do pequeno poder:

As mulheres, em geral, só podem entrar em síndrome do pequeno poder contra as crianças, via de regra, a mulher exerce seu pequeno poder frente às crianças. Excetuando-se aquelas cuja ocupação consiste em lidar com crianças, via de regra, a mulher exerce seu pequeno poder contra as crianças de sua própria família: filhos, sobrinhos, netos. À síndrome do pequeno poder do homem estão sujeitas amplas categorias sociais: mulheres, crianças, homens ocupando posições subalternas. (Azevedo e Guerra, 1989, p. 18).

As crianças, por muito tempo, não tiveram voz ou lugar nas escolhas da vida familiar e social, sendo muitas vezes excluídas nas decisões da organização social e cultural em que vivem, sendo silenciadas, punidas e violentadas, principalmente quando questionam o modo de vida dos adultos ou quando não querem seguir os padrões dos adultos. Ficando muitas vezes, submissas às ordens dos adultos nas relações sociais, como imposto que os filhos têm obrigação de obedecer ao pai e a mãe, mesmo estes lhe infligindo severos danos, pois são eles que sustentam a vida da criança. Como revela os estudos de Sônia Kramer (1992):

Partindo-se do princípio de que a relação dos homens com a produção da vida material, o fator determinante, tanto das relações que os homens estabelecem entre si, quanto da produção de idéias, pode-se dizer que a relação primeira existente entre o adulto e a criança é econômica. Para o adulto, a criança é um ser economicamente não produtivo que ele deve alimentar e proteger. A criança é, portanto, financeiramente dependente do adulto. (p. 22-23).

Essa necessidade e dependência que as crianças têm do auxílio dos adultos para sua sobrevivência na sociedade, demonstra que os adultos se utilizam da sua superioridade física, intelectual e material para manipular as ações das crianças na vida comunitária, de acordo com os costumes e regras da cultura, afetando a compreensão da realidade, da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças e adolescentes. A educação, a organização estrutural da sociedade, as relações familiares, e as condições materiais, influenciam diretamente o bem estar ou a negligência na vida das crianças e adolescentes.

Em cada período histórico, o modo de vida da sociedade definiu e modificou o modo de ser e agir das pessoas, afetando a compreensão da realidade histórica dos sujeitos, que estão inseridos em uma cultura pré-organizada, que define as relações sociais dos indivíduos na vida coletiva. Assim, o conhecimento sobre a própria realidade foi modificado durante o processo de desenvolvimento da sociedade, pelas disputas de classes e poderes políticos, que influenciaram nossa organização social e que obteve avanços e estagnações nas diferentes áreas da sociedade.

Todos nós temos conhecimentos, mesmo que minimamente, das atrocidades de crimes e violências existentes na sociedade, pois mesmo que os meios de comunicação tendem a escolher suas notícias, o acesso à informação foi globalizado e ficou muito difícil esconder as barbáries praticadas na sociedade. Somente quando as violências forem compreendidas e transformadas pelos próprios homens e toda a população, sobre a transformação social verdadeiramente justa e benéfica para todos os povos, é que poderemos educar e libertar nossa sociedade das violências que estão destruindo nossa vida.

A forma como a sociedade se organiza é responsabilidade coletiva, porém a ideologia de dominação colonial nos convenceu que só a vida de quem tem riqueza material e poder social é importante e deve ser assegurada pelo Estado. As outras vidas, principalmente da população negra e pobre, podem ser violentadas sem que seus violentadores sofram as devidas punições pelo danos causados às vidas alheias e a sociedade. Os valores sociais que aprendemos com a cultura, a religião e com os preconceitos existentes são reproduzidos pelas gerações. Herdamos a ideologia da classe dominante, que é imposta às massas populares, através das violências que os mantém no poder.

Os homens que estiveram no poder sócio-histórico, governaram esse planeta com extrema violência, para expropriar a riqueza de outras terras e povos, ainda hoje são os maiores responsáveis por todos os problemas sociais que enfrentamos. Entretanto ainda seguem impunes, livres, usando a mesma estratégia de terror do passado: a violência contra mulheres, crianças e todos os trabalhadores. E me pergunto, até quando permitiremos ser governados e

violentados por homens que não merecem ter direitos de viver livremente na sociedade?

O controle da população pela classe dominante burguesa, se dá por meio de discursos contraditórios, usando os meios de comunicação que disseminam o discurso que interessa aos “poderosos” em cada época histórica. Usando mentiras e calúnias contra os povos que lutam pelos direitos humanos e justiça social. A burguesia se apropriou de narrativas que confundem o imaginário social quanto às verdades históricas e sociais, manipulando as informações para que as populações atuem a favor dos interesses econômicos e políticos da classe dominante e contra os próprios interesses dos povos, da classe trabalhadora.

As leis nunca foram aplicadas justamente para todos, não se pode esperar justiça social de um sistema de justiça corrupto que tende a favorecer a classe burguesa, enquanto julga e pune de forma desigual a classe trabalhadora. O favorecimento do julgamento e punição para os mesmos crimes para homens ricos e pobres sempre foram diferenciados. Os homens ricos sempre cometeram crimes de toda natureza e pagaram por sua liberdade, a existência de fiança é a prova de que alguns podem pagar por sua liberdade e outros não. Enquanto os pobres, mesmo inocentes, foram acusados e condenados injustamente, por não poderem comprar sua liberdade. Como analisa Foucault :

Seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo o mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem. (1987, p. 261).

Muitos homens se mantiveram no poder usando as leis da justiça e os governos para assegurar seus privilégios e para explorar os trabalhadores, e a população, privatizando os bens materiais, e os recursos naturais da sociedade. As desigualdades sociais, foram perpetuadas por leis e homens de poder corruptos e injustos com suas ações sociais, sendo a justiça vendida e comprada

por homens com poder econômico e influência política, em benefício próprio, prejudicando milhares de pessoas inocentes.

Assim, as violências históricas, como assassinatos, torturas, perseguições, discriminações, não podem ser reparadas pelos criminosos que praticaram esses crimes, precisamos de homens, mulheres, pessoas que combatam as violências e fortaleçam a vida e os direitos humanos, pessoas críticas, não violentas, capazes de transformar a realidade sócio-histórica, para garantir e efetivar a justiça social para todos os povos e, para isso, a classe trabalhadora precisa recuperar o poder político e econômico e reorganizar a sociedade em benefício de todos e não de poucos, como defende o líder revolucionário russo, Lênin (1987):

Educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, vanguarda capaz de tomar o poder e de *conduzir todo o povo* ao socialismo, de dirigir e organizar o novo regime, de ser o maestro, o dirigente e o guia de todos os trabalhadores e explorados na obra de organizar sua própria vida social sem a burguesia e contra ela. (p. 72).

Os regimes socialistas e comunistas defendem a distribuição igualitária dos bens produzidos socialmente para toda a classe trabalhadora, todo o povo, e que o poder político e econômico sejam democratizados para todas as pessoas, para assim garantir a justiça e o bem estar social. Para isso, a classe trabalhadora, todas as pessoas, precisam de uma educação emancipadora, crítica-histórica, para compreender e usar o conhecimento para agir na sociedade, assegurando os direitos sociais, as riquezas materiais, os recursos naturais para todos, eliminando as desigualdades e as violências sociais.

2.1 A CULTURA FAMILIAR COMO REPRODUTORA DAS VIOLÊNCIAS SOCIAIS E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A organização familiar é o reflexo da sociedade e da cultura em que nascemos, e, como viemos de um passado colonial, herdamos partes desta cultura eurocêntrica, que tende a segregar e espoliar a vida pública. Porém, em outras culturas de povos originários existiam outras formas de organização da vida comunitária, como alguns povos indígenas e quilombolas em que todos

trabalhavam e tinham direitos comuns na vida da comunidade, com diferentes modos de inserir as crianças na organização social, mas que sofreram epistemicídio, apagamento cultural e territorial, junto com o massacre perpetuado no processo de colonização e imposição da cultura hegemônica europeia. Os estudos do Ministério da Educação (MEC) apontam que:

Intelectuais indígenas, como Márcia Wayna Kambeba, pertencente ao povo Omágua/Kambeba, da região do Alto Solimões, no Amazonas, nascida na Aldeia Belém do Solimões, do povo Tikuna, e Eliane Potiguara, da etnia Potiguara, originária do estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, afirmam que a violência é, antes de tudo, uma ruptura com a terra e com os modos coletivos de existir. Elas escrevem sobre a invasão, o extermínio, o roubo, a destruição ambiental e a expropriação dos territórios como formas contínuas de violência que atingem não apenas o corpo físico, mas também a espiritualidade, a memória e a própria natureza. (2026, p. 36).

As famílias e as comunidades são compostas por diferentes grupos de pessoas, com diferenças e semelhanças individuais e coletivas, influenciadas por um conjunto de práticas culturais que variam em determinados territórios, culturas e nações. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS):

A cultura é o fundo comum de crenças e comportamentos de uma sociedade e seus conceitos de como as pessoas devem se conduzir. Incluídas nestes conceitos estão as idéias sobre que atos de omissão ou cometimento podem constituir abuso e negligência (3, 4). Em outras palavras, a cultura ajuda a definir os princípios normalmente aceitos de criação das crianças e cuidados com as mesmas. (2002, p. 59)

Temos uma necessidade de aceitação na sociedade e família que molda nossa forma de ser e agir socialmente, as quais são influenciadas por recompensas e punições sociais, formando personalidades múltiplas, com objetivos diversos de participação na vida coletiva que, de certa forma, beneficia nosso ser ou nos prejudica, como relatado pelas autoras Azevedo e Guerra:

Mas a família é também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo. (1997, p. 77).

De acordo com o modelo patriarcal de segregação dos gêneros, os homens tinham liberdade para a vida social, para trabalhar, sair, estudar e participar da vida pública, enquanto as mulheres eram submetidas a servidão masculina sem direitos a trabalhar, estudar ou liberdades sociais de ter uma vida pública. Enquanto as crianças eram ensinadas a reproduzir o modo de vida de acordo com o gênero e classe dos adultos. Isso nos revela um modelo social adultocêntrico, sexista, machista, misógino, como aponta Beauvoir (2019) “a representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta.” (p. 203).

As desigualdades de gênero são os primeiros reflexos das violências naturalizadas na sociedade, assim como a inferiorização e submissão das crianças aos adultos na vida social adultocêntrica, como reprodutoras dos comportamentos dos adultos que negligenciaram os direitos das crianças e adolescentes na esfera pública e familiar, reproduzindo as desigualdades sociais, como evidenciam Azevedo e Guerra:

Pequeno ou grande, o poder permeia todas as relações sociais, deteriorando-as. A rigor, relações de poder revelam a desigualdade social entre seus protagonistas. Crianças são consideradas socialmente inferiores e adultos, mulheres socialmente inferiores a homens, negros socialmente inferiores a brancos, pobres socialmente inferiores a ricos. (1989, p. 18).

Muitas crianças são educadas para seguirem os padrões sociais e culturais da família que nascem, desta forma, é a partir da influência do meio familiar e comunitário que a criança irá construir sua personalidade e subjetividade, criando sentidos e significados do mundo ao redor. Como cita as autoras Azevedo e Guerra sobre os estudos de Freud:

O princípio básico da psicologia freudiana é o de que a estrutura da mente humana forma-se na infância, o que desempenhou papel revolucionário no campo científico. Freud mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorre dentro da estrutura familiar. (1997, p. 62).

A educação das crianças na sociedade e nas famílias, principalmente no passado, baseou-se em violências, autoritarismo e punições. Ainda hoje é naturalizado bater nas crianças para “educá-las” em muitas famílias e países, pois a agressão, a violência, são um dos princípios da educação conservadora, tradicionalista que herdamos do passado, mas que devem ser combatidos e extintos no presente para preservar a segurança das crianças, pois as consequências destas violências afetam nosso desenvolvimento psico-social, como destaca a OMS:

A punição corporal é perigosa para as crianças. Em curto prazo, ela mata milhares de crianças a cada ano, lesa e provoca incapacidade física ou mental em muitas outras. Em longo prazo, um grande número de pesquisas têm mostrado que a punição corporal é um fator importante no desenvolvimento de comportamentos violentos e está associada a outros problemas na infância e fases posteriores da vida. (2002, p.64).

Muitas pessoas foram ensinadas a fazer a vontade de outrem, mesmo contra sua própria vontade, principalmente quando é uma autoridade familiar, que impõe os interesses dos adultos sobre as crianças. Como descreveu Áries (1981), quando analisou em seu livro, *A história social da criança e da família*: “mas o caráter degradante para os adultos nobres do castigo corporal não impedia sua aplicação às crianças. Ele se tornou até mesmo uma característica da nova atitude diante da infância” (p.118).

Essa prática, de espancar crianças, adolescentes, mulheres, pessoas livres ou escravizadas, da família ou não, foi naturalizada como imposição cultural, política e religiosa, como aponta Áries (1981), “todas as crianças e todos os jovens, qualquer que fosse sua condição, eram submetidos a um regime comum e eram igualmente surrados” (p. 118). Esse é um dos princípios da naturalização da violência social, que continuamos a reproduzir no presente, prejudicando todo o desenvolvimento das crianças e da sociedade.

As violências praticadas e aceitas por milhares de anos, principalmente com a justificativa conservadora dos costumes culturais no passado, praticadas por homens em nome de Deus, da família e da nação, ainda hoje são praticadas

contra pessoas inocentes, que não se adequam aos padrões extremistas do conservadorismo europeu. Estes atos violentos contra indivíduos ou povos ainda são a fonte de domínio e exploração dos homens através do sistema capitalista, do neoliberalismo, contra a própria espécie, promovendo a degradação do planeta e da sociedade, pois não consideram os danos irreversíveis causados ao meio social. Como analisa Westphal:

O homem possui mais do que um interesse remoto e científico na agressão. A sua dificuldade em viver harmoniosamente com a natureza e com os seus companheiros ameaça todas as formas de vida. O seu próprio futuro pode depender de sua capacidade de compreender e controlar o comportamento agressivo.(2002, p. 189).

A partir dos estudos, compreendo que não existe uma única forma de violência, e sim vários tipos de violência, a OMS define violência como “uso intencional de força ou poder, real ou em ameaça, contra si mesmo, contra outrem ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento, privação e/ou morte” (OMS, 2002).

A violência aqui é entendida como qualquer ato, ação que fere a integridade da vida de pessoas inocentes. Violências que são praticadas por pessoas com objetivo de machucar, prejudicar, ferir, agredir, torturar, abusar, entre outros, para submeter os outros ao desejo do agressor. As violências são várias: racismo, abusos psicológicos, sexismo, homofobia, xenofobia, bullying, intolerância religiosa, entre outras. Essas violências estão interseccionadas umas com as outras, pela desumanização, inferiorização, objetualização, daqueles que são vitimizados. O recente estudo do MEC sobre “O papel da escola no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres” evidencia que:

A violência é compreendida como uma ação que causa danos e que nem sempre é, de imediato, percebida por quem a sofre. A pessoa vítima da ação violenta, ou em situação de violência, pode não se dar conta de que está sendo violentada. A percepção ou a consciência da ação sofrida pode ocorrer posteriormente ao momento em que ela acontece, pois, em razão dos processos de normalização e naturalização, a pessoa é impedida de reconhecer a ação como violenta, bem como de identificar o dano sofrido e/ou a sua extensão.” (2026, p.36).

Assim, neste trabalho considero as violências de qualquer natureza um problema social, cultural, histórico, de todos os povos, que vitimiza milhares de crianças e adolescentes por toda história. Este é um dos males sociais que herdamos e continuamos a praticar no presente e que precisamos enfrentar e extinguir da sociedade. A violência prejudica, maltrata, machuca, destrói, mata e cria novos ciclos de ódio e mais violências. Essas violências tem relação direta com as desigualdades sociais, de gênero, raça, classe, etária, étnica, cultural, e influencia nossas relações sociais, como aponta as autoras Azevedo e Guerra :

Entretanto, a síndrome do pequeno poder tem consequências nefastas para as pessoas por ela atingidas. Crianças são espancadas, assassinadas, estupradas por adultos que, na maioria das vezes, têm justamente a função de protegê-las: mães, pais, outros parentes, responsáveis legais e profissionais da esfera infantil, como babás, professores, médicos etc. (1989, p. 19-20).

Infelizmente, não conseguirei aprofundar neste trabalho a trajetória de violências que enfrentamos no presente, mas trago apontamentos da nossa história que influenciam as violências sociais. Este tema é complexo por fazer intersecção com as diversas formas de organizações sociais que existiram e existem nas diferentes culturas, os quais têm correlação com as disputas políticas e econômicas que estruturam a vida social.

Com a tentativa de apagamento e distorção das histórias dos povos que foram atacados no passado, que sofreram genocídio, epistemicídio e não puderam afirmar a própria realidade no contexto histórico, ficamos com a história contada pelos agressores. Por isso, precisamos lutar contra essa narrativa colonial, conhecer nossa verdade histórica e construir uma narrativa contra-colonial para compreender os fatos distorcidos sobre a nossa própria história e cultura.

Esta tentativa de buscar respostas para problemas que não tem uma única explicação, mas várias razões de ser, foi protagonizado por figuras históricas e assombra nosso presente e o futuro, Westphal (2002) destaca que “a complexidade real da experiência e do fenômeno da violência exige a ultrapassagem de significações e a abertura para integrar os esforços de várias disciplinas, setores, organizações e comunidade” (p.112).

Contudo, seguirei algumas pistas do passado e do presente, de como podemos olhar essa problemática das violências e buscar alguns direcionamentos em relação à fragilidade das políticas públicas atuais e das ações para combater as violências contra crianças e adolescentes na sociedade. Buscando preservar a integridade dos direitos humanos, através de uma educação pública emancipatória e dos deveres das organizações políticas e sociais em defesa da vida e dos direitos humanos.

O ensino integral da sociedade, das famílias, baseado na formação crítica sobre os conhecimentos produzidos historicamente, é um dos caminhos para se formar pessoas conscientes, críticas e capazes de compreender as relações de poder, as desigualdades e as injustiças históricas, para assim reconhecer e evitar atos violentos, para que os agressores sejam devidamente responsabilizados pela justiça, para a preservação do bem estar humano em sua totalidade. Para Azevedo e Guerra :

No entanto, é também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se deve observar a dinâmica familiar. (1989, p. 77).

O núcleo familiar pode ser o lugar onde aprendemos a reproduzir ou enfrentar os problemas sociais, como situações de discriminação e abusos silenciamento dos conflitos familiares e sociais, que nos impedem de agir coletivamente na vida pública.

A organização social tem negligenciado a educação, a saúde, o lazer e o tempo de cuidado com a família, com os filhos, em razão da produtividade excessiva no mercado de trabalho, em que os lucros e benefícios são apropriados pelos capitalistas, enquanto a classe trabalhadora recebe o mínimo para sobrevivência básica, gerando um desgaste mental e físico, que acaba adoecendo muitas pessoas.

Em nosso meio, já presenciamos algum tipo de violência? Eu arrisco afirmar que sim. Principalmente na esfera familiar, dificilmente uma família

consegue sair ilesa da vida social complexa que vivemos. As condições materiais de uma sociedade, seja a abundância ou escassez, determinam nossa existência.

A nossa história social é marcada por uma trajetória de disputas políticas, territoriais e pelos recursos materiais, naturais e culturais do planeta. A estrutura social, política, econômica, é baseada no sistema capitalista onde a privação e comercialização dos recursos materiais, naturais, para sobrevivência básica como alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, geram disputas de classes e grupos sociais, com diferentes interesses, gerando inúmeros conflitos e disputas na sociedade, levando as pessoas a agir uns contra os outros, na busca insaciável dos homens por poder e dominação, causando uma epidemia das violências sociais que ainda enfrentamos.

Nossa vida social foi direcionada para diferentes caminhos em cada período histórico, mas o sistema de opressão e controle da vida popular, usando todas as formas de violências, continua presente no sistema capitalista, neoliberal, fascista e autoritário. Precisamos estar constantemente lutando com a própria vida para enfrentar um sistema que age para nos destruir, enquanto lutamos pelos direitos básicos da nossa sobrevivência, pelo direito de existir em liberdade, pela segurança e dignidade, contra aqueles que querem nos explorar e nos violentar. Segundo o MEC:

Nunca é apenas uma única pessoa que sofre ações de racismo, discriminação, preconceito, misoginia ou sexismo, pois essas práticas, em sociedades desiguais, tendem a se repetir e, ao se repetirem, ecoam sobre grupos específicos – pessoas não brancas, mulheres, populações LGBTQIA+. Esses grupos são continuamente vitimados por ataques, insultos, invalidações, silenciamentos e apagamentos, ou seja, por múltiplas formas de violência. (2026, p.36).

Os valores morais da sociedade mudam a cada período histórico, mas o que se repete é uma narrativa de discursos políticos, econômicos e culturais que dizem querer e fazer o bem social, mas que na prática suas ações não correspondem a seus discursos falaciosos. O mito do homem que protege, que salva, que é bom e generoso, o discurso do homem herói de guerras, é uma fantasia criada no imaginário social. Como destacam Azevedo e Guerra (1989),

“na medida em que o poder é essencialmente masculino e a virilidade é aferida, frequentemente, pelo uso da força, estão reunidas nas mãos dos homens condições básicas para o exercício da violência” (p. 57).

As leis no passado foram criadas para acobertar os males praticados pelos homens de poder na história, pois o pior homem se finge de bom, para não ser descoberto e punido por seus crimes. Não são os outros o problema, não é um monstro, um demônio, ou um espírito do mal que habita os homens, como pregam algumas religiões como o cristianismo. É o próprio homem que age e escolhe cometer os crimes e as violências que nos assombram por toda nossa história social. Como destaca a autora Westphal:

Em seu trabalho de doutorado, Guerra (1996) comenta que se no transcurso da história as sociedades praticavam o infanticídio, os espancamentos e os incestos e se muitas delas, no passado, sacrificaram e mutilaram suas crianças para aliviar a culpa dos adultos, em nossa época, tão comentada pela sua racionalidade, continuamos matando, mutilando, submetendo à fome as crianças por meio de nossas atividades sociais, militares e econômicas. (2002, p.97).

Muitas pessoas usaram o poder político e econômico para controlar a sociedade, criar mecanismos de defesa para si próprios, atacando e violentando pessoas inocentes, negligenciando o bem estar dos próprios familiares e da sociedade para atingir desejos e interesses perversos. Após milhares de anos de atentado contra o bem-estar e a vida na sociedade, os países organizaram-se com leis que garantem a efetivação dos direitos humanos. Com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, novas políticas públicas foram implementadas para assegurar os direitos humanos nos países membros, como se estabelece no Artigo 3º “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1948). Também no artigo 5º, “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (ONU, 1948).

No Brasil, as disputas políticas e econômicas e as lutas dos movimentos sociais influenciaram a organização social na luta pelos direitos humanos, assim como movimentos sociais organizados pela população, os sindicatos, o movimento dos direitos das mulheres e dos estudantes que lutaram pela

conquista e preservação dos direitos sociais, bem como o direito ao voto das mulheres e os direitos trabalhistas.

A Constituição Brasileira de 1988 permitiu um avanço histórico no desenvolvimento do país, mas que infelizmente não foi suficiente para assegurar todos os direitos sociais à classe trabalhadora, que ainda segue lutando para reafirmar seus direitos em disputa com a elite que tenta privatizar os recursos materiais e o poder público.

Mesmo que tardiamente, entendemos que a criança é um sujeito de direitos, com especificidades da infância em desenvolvimento, que precisa de cuidados da família, da comunidade e do Estado, mas seus direitos ainda são negligenciados por esses mesmos que deveriam ser seus responsáveis. Como o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que assegura os direitos das crianças e adolescentes, mas o investimento em políticas públicas para efetivar as leis ainda são insuficientes para atender toda a demanda da população.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Art. 227, redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que estabelece no Artigo 5º que “qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990). A criação de leis específicas para a proteção da criança e do adolescente contribuiu significativamente para a defesa de seus direitos fundamentais. O Relatório Mundial sobre violência e saúde de 2002 definiu a violência contra a criança como:

Em 1999, o Consultation on Child Abuse Prevention [Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil] da Organização Mundial de Saúde esboçou a seguinte definição (8): "O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente,

exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder". (OMS, 2002, p. 59).

Por mais que os movimentos sociais tenham realizado grandes conquistas na defesa da criança e do adolescente, estes ainda sofrem com o nosso modelo de organização social, que não assegura os direitos humanos para todos. Muitas crianças ainda permanecem sendo mortas, sem alimentação, sem acesso à escola, a educação, cultura, lazer, sem moradia adequada, sofrendo violências, negligências, exploração da família, da sociedade e do Estado. Para mudarmos essa realidade é necessário uma construção coletiva e efetiva na proteção das crianças e adolescentes por todos os povos e nações. Como relata o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CONANDA):

As iniciativas brasileiras de atenção a essa população, sobretudo no enfrentamento da pobreza na infância, que é uma das maiores violações contra crianças e adolescentes, pois afeta diferentes direitos, foram prioridade das ações governamentais – com a criação do Programa Brasil Carinhoso e a mudança nos critérios do Programa Bolsa Família (PBF). Essas e outras iniciativas contribuíram para que o Brasil atingisse, antes do prazo definido pelas Nações Unidas, a meta de redução da taxa de mortalidade na infância (mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade) dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2011, quando a meta foi alcançada, a taxa de mortalidade na infância era de 17,7 óbitos por mil nascidos vivos, número inferior aos 53,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990. Entre 1990 e 2015, a mortalidade infantil caiu 73% no país. Mas, apesar desses avanços, menores de até um ano ainda morrem por causas que poderiam ser evitadas. Hoje, a maioria das vítimas da mortalidade infantil é indígena, o que reflete a grande disparidade no acesso dos públicos vulneráveis às políticas públicas. (2018, p. 10).

A garantia da proteção integral de todas crianças e adolescentes precisa estar vinculada à sociedade em todos os campos de atuação, político, econômico e cultural. Assim, a mudança será significativa e efetiva no combate às violências contra a população mais vulnerável com as desigualdades sociais, como as crianças e os adolescentes. As crianças e adolescentes indígenas ficam ainda mais à margem na inclusão e nas lutas pelos seus direitos, precisando ser incluídas na garantia da proteção integral pelo Estado e sociedade. Os movimentos sociais têm garantido os direitos com muita resistência e luta para

sua efetivação, mesmo assim, enfrentamos inúmeras dificuldades em assegurar o básico para o desenvolvimento humano.

3 VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS E A RESPONSABILIDADE SÓCIO-POLÍTICA DE AÇÕES PROTETIVAS

Nossa organização social não foi pensada para proteger as crianças e os adolescentes dos problemas dos adultos, ao contrário, as crianças nunca foram poupadas e foram igualmente sujeitas aos problemas sociais dos adultos. As crianças são dependentes dos cuidados dos adultos para que elas possam aprender e se desenvolver no meio social em que vivem.

Com o modo de organização social pautado no sistema capitalista, em que o dinheiro se sobrepõe à vida humana, as necessidades materiais se tornaram o centro das relações sociais, colocando as relações afetivas como inferiores nas prioridades nas relações sociais. Criando sujeitos sociais indiferentes aos sentimentos, às emoções alheias, ao bem-estar alheio e até ao próprio bem-estar. Buscando a aquisição material e poderes sociais, acima de qualquer virtude moral e ética.

O ser humano no seu processo histórico, pautado por disputas e violências, perdeu aquilo que a educação tenta manter em nós, a capacidade de aprender sobre si e o meio em que vivem, de forma racional, crítica e afetiva, para que desenvolvam nossas capacidades relacionais que nos torna diferentes das outras espécies. Conforme afirma Paulo Freire (1983), “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (p. 96).

Os vínculos afetivos surgem das relações com os outros, os sentimentos, a inteligência, a subjetividade cognitiva, são construídas com a nossa ação no mundo, que nos torna seres capazes de compreender o mundo social, aprendendo e desenvolvendo nossa capacidade de transformar nossa realidade histórica. Para as crianças, essas relações sociais são muito complexas para

serem assimiladas sem o auxílio de um adulto que as ensine sobre o modo de vida, por isso, o meio em que crescemos é fundamental para o desenvolvimento da nossa personalidade e compreensão da realidade.

Desde que a criança nasce, os adultos começam a planejar seu modo de vida, seu futuro, o que esperam do retorno da vida dessa criança, na família e na sociedade. Por mais que a noção de infância tenha se transformado na modernidade, no sentido de cuidar, acolher, dar afeto e proteção às crianças e respeitar seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, estes princípios não se aplicam na realidade de muitas crianças brasileiras e no mundo.

Os adultos seguem planejando, influenciando e organizando o modo de vida desses seres humanos em desenvolvimento físico, psicológico e social que ainda estão descobrindo a realidade à sua volta, que estão experienciando a vida e o mundo e reconhecendo o seu ser social, cultural e político. As relações estabelecidas no meio familiar e social terão influência direta no processo de aprendizado e desenvolvimento, bem como na formação psicológica das crianças e adolescentes.

No passado, as mulheres sofreram, e muitas ainda sofrem, as maiores violências e privações de participação na vida social, eram proibidas de exercer funções na vida pública. Assim, foi imposto a elas apenas as funções da vida doméstica e familiar, pelo menos no contexto Ocidental. Como revela a escritora Simone Beauvoir em seus estudos sobre gênero, “é o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida” (2019, p. 85).

As meninas e mulheres eram proibidas de ir às escolas, sendo obrigadas a depender da autorização dos homens da família até mesmo para falar ou sair de casa. As mulheres não podiam receber heranças ou rendas financeiras do próprio trabalho, estas eram administradas pelos homens da família. Não podiam participar da organização política na sociedade, sendo as propriedades e os bens, herdados apenas pelos homens das famílias. Como destacam as autoras Guerra e Azevedo sobre os estudos de Engels em relação a família e a propriedade privada:

O desmoronamento do direito materno e a passagem para o patriarcado foi, segundo ele, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. A família monogâmica foi uma forma de família que se baseou em condições econômicas e que surgiu sob a forma de escravização de um sexo sobre o outro, como proclamação de um conflito entre os sexos que até então não era conhecido na História. O único modo de estabelecer uma igualdade efetiva entre os sexos, prossegue Engels, seria o homem e a mulher terem, por lei, direitos absolutamente iguais. (Guerra e Azevedo, 1997, p. 57).

Com a restrição dos direitos das mulheres, a vida social se torna desigual e violenta para manter o domínio injusto dos homens. Assim, mulheres e crianças são usadas para servir aos homens na sociedade, desumanizando os corpos de mulheres e crianças, retirando seus direitos de exercer a liberdade, com o controle masculino na vida social e doméstica.

O alto nível de estresse gerado pelas disputas sociais pode ser um dos fatores que contribui para que os adultos descontem suas frustrações nas crianças e adolescentes próximos a eles, que não conseguem se defender das agressões dos adultos e não compreendem a complexidade do modo de ser e agir dos adultos, o que cria um ambiente fadado ao desamor, às agressões, sem empatia e respeito.

Como destacam as autoras Azevedo e Guerra, “o importante a reter dessa discussão é que ninguém nasce gostando de outras pessoas. O amor é aprendido. A criança aprende a amar sua mãe por ser esta a pessoa que lhe satisfaz as necessidades [...] também o amor paterno é aprendido. Via de regra, o pai tem muito menos convívio com os filhos que a mãe. Logo, tem menores oportunidades de desenvolver amor por eles” (1989, p. 55).

As pessoas tendem a usar o poder de controle sobre os corpos das crianças por serem pequenas, indefesas, imaturas psicologicamente, manipuláveis subjetivamente e fisicamente. Para satisfazer as necessidades da família e do meio e, em muitos casos, para violentá-las e negligenciar seus direitos, de acordo com os interesses dos adultos e não das crianças. Segundo os estudos de Leontiev:

Uma criança reconhece sua dependência das pessoas que a cercam diretamente. Ela tem de levar em conta as exigências, em relação a seu

comportamento, das pessoas que a cercam, porque isto realmente determina suas relações pessoais, íntimas, com essas pessoas. Não apenas seus êxitos e seus malogros dependem dessas relações, como suas alegrias e tristezas também estão envolvidas com tais relações e têm a força de motivação.” (Leontiev, 2010, p. 60).

Como descendemos de uma sociedade adultocêntrica, patriarcal, alguns familiares e adultos se aproveitam dessa “superioridade” hierárquica para violentar crianças e adolescentes, que dificilmente podem se defender sozinhos contra os ataques dos adultos, sendo necessário que outros adultos da própria família, ou da comunidade, identifiquem estas violências e denunciem os agressores, e acolham as vítimas. Como afirma Azevedo e Guerra:

Laços de consanguinidade não asseguram o amor. Há momentos em que outros sentimentos o esmagam no seio da família. Mais uma vez, não se pode imputar responsabilidade a fatores de natureza individual, porquanto a sociedade favorece o caldo de cultura propício ao desenvolvimento do desamor.” (1989. p. 21).

Enquanto os agressores se sentem confortáveis para continuar cometendo crimes, as pessoas vitimizadas enfrentam múltiplas dificuldades, sobre a compreensão das violências sofridas, e de como denunciar os agressores. Principalmente quando o agressor é um membro da família que tende a coagir as crianças a não revelar seus crimes. É necessário que a sociedade estruture medidas protetivas para o combate às violências. Os estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revelam que:

Uma recomendação valiosa é a criação de uma central nacional que congregue todas as informações relativas a notificações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, permitindo o monitoramento sobre o andamento dos processos e a vigilância sobre os agressores. Essa central não deve descartar iniciativas já existentes no Brasil, como o programa Aviso por Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes (APOMT), ligado ao Ministério Público do estado de Santa Catarina. As vítimas precisam ser ouvidas e suas informações devem ser usadas para reflexões e criações de políticas. Para isso, os profissionais precisam estar mais capacitados. Daí a necessidade de incluir a discussão sobre esse triste fenômeno na grade curricular de diferentes cursos universitários. As linhas de capacitação que já existem, aliás, me recem ser fortalecidas. (UNICEF, p.25, 2001).

É difícil encontrar uma pessoa adulta que não tenha uma lembrança ou um momento que a marcasse na infância, seja de forma positiva ou negativa, pois muitas vezes acreditamos que a infância será esquecida, será apagada de

nossas vidas quando crescermos, mas a verdade é que a infância nos acompanha durante toda a nossa existência. Aquilo que acontece conosco enquanto crianças fará parte do desenvolvimento da nossa formação psíquica e aprendizado enquanto pessoas atuantes no mundo.

Quando uma criança cresce em uma sociedade ou em uma família que negligencia suas necessidades básicas de moradia, educação, saúde, lazer, cultura e não prioriza seu bem-estar e ainda pior: que a maltrata, que a violenta, que abusa e explora crianças e adolescentes para satisfazer as necessidades dos adultos, que muitas vezes são perversas; essa criança se sente sozinha, desamparada, com medo, triste e envergonhada, perdendo a alegria de viver. Como demonstrado nos estudos de Westphal:

Com frequência, ficam profundamente deprimidas; vêem-se como malvadas e merecedoras de punição; são amedrontadas, não têm esperanças, são ansiosas, possuem baixa auto-estima, quase nenhuma confiança em si mesmas e sem saber como lidar com a vida. Ao canalizar sua agressão para dentro, algumas delas têm frequentemente pensamentos suicidas, bem como práticas suicidas, como se ferir, por exemplo. (2002, p.76).

A sociedade não cobrou os cuidados paternos da mesma maneira que cobra a obrigação materna de dar conta dos filhos, da casa, de si mesma, do marido e da família. Desse modo, os homens não aprenderam e se recusaram a ter responsabilidade nos cuidados com a família, com seus filhos, com as mulheres, com a sociedade em geral. Negligenciando o próprio meio social e a si mesmo enquanto uma sociedade fadada ao egoísmo e a agressividade. Para o MEC:

a violência refere-se sempre a atos potencialmente danosos ao corpo, em suas dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas. Uma violência nunca causa um único dano nem atinge apenas uma pessoa; ela envolve, necessariamente, o grupo ao qual a pessoa-alvo ou o corpo-alvo pertence. Uma de suas características fundamentais é a capacidade de ressonância: a violência se expande para além de quem a experimentou diretamente. (2026, p.36).

Essa desumanização das mulheres e crianças em relação aos homens está enraizada nas estruturas sociais e devem ser combatidas nas raízes das desigualdades de gênero com a preservação dos direitos sociais conquistados

historicamente com muita resistência e luta da população explorada. Como descreve o Ministério da educação:

A violência contra mulheres e meninas, no Brasil e no mundo, é expressão de uma sociedade misógina, machista e patriarcal, que produz índices alarmantes de desigualdade e de inequidades de gênero. Esses índices tornam-se ainda mais marcantes quando se consideram as experiências de meninas e mulheres indígenas, negras, do campo; lésbicas; gays; bissexuais; trans; queer; assexuais; intersexuais (LGBTQIA+) e de outros grupos historicamente vulnerabilizados. (MEC, 2026, p.14).

As crianças desde muito cedo aprendem reconhecendo as ações dos adultos, elas observam, escutam, imitam e vão se constituindo enquanto sujeitos, de acordo com o que observam nas pessoas ao seu redor. A reprodução dos papéis de gêneros ainda hoje é muito forte na nossa sociedade. Podemos observar nas famílias que são as mulheres, principalmente as mulheres negras, que ficam responsáveis pelos cuidados das crianças, em fazer a comida, em lavar a roupa, a louça, ir ao mercado, levar as crianças ao médico. Enquanto os homens não se sentem com a mesma responsabilidade no ambiente doméstico, eles sempre estão confortáveis para escolher quais funções eles podem, querem ou não realizar. Como descreve Davis:

[A mulher] tem sido isolada em casa, forçada a realizar um trabalho considerado não qualificado, o trabalho de dar a luz, criar, disciplinar e servir o trabalhador produtivo. Seu papel no ciclo de produção permaneceu invisível porque apenas o produto de seu trabalho, o *trabalhador*, era visível. (2016, p. 235).

A desigualdade de gênero é um dos principais fatores das desigualdades sociais, sendo as mulheres, mães, negras e pobres as que mais são exploradas e violentadas na sociedade, como demonstra o Atlas da violência (2025) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Em 2023, foram registradas 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. Dito de outro modo, estamos diante de uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por homicídio por grupo de 100 mil habitantes. Os números evidenciam o trágico encontro entre a cultura patriarcal e o racismo estrutural, ambos fortemente enraizados no Brasil. De modo que os dados dessa edição são mais um retrato, entre tantos, de uma violência de gênero (seja ela letal ou não letal) que dá preferência para corpos

negros, e que é histórica. (2025, p. 57).

As famílias vulneráveis de baixa renda enfrentam maiores desafios para garantir a própria sobrevivência e dos familiares. Sendo, muitas das vezes, mães solas que não tem rede de apoio para o cuidado e a proteção dos filhos. Muitas mulheres são obrigadas a escolher entre trabalhar ou cuidar dos seus filhos, ficando mais expostas às desigualdades e violências. Até mesmo as mães casadas, que na maioria das vezes os homens não auxiliam na organização da vida doméstica, como a limpeza da casa e os cuidados diários com os filhos, ficando estas mães sobrecarregadas pela demanda familiar e social, enquanto o marido trabalha e se reserva o direito de não contribuir nas tarefas domésticas. Conforme analisou o MEC:

As dificuldades das mulheres chefes de famílias no mercado de trabalho”, realizada em 2023, constatou que 50,8% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Em números absolutos, esse percentual representa 38,1 milhões de famílias que têm a mulher como principal provedora do lar. A maioria dessas mulheres são mães e trabalhadoras, que assumem a responsabilidade de chefiar seus lares em virtude da necessidade de sobrevivência familiar e das precárias condições de vida. Ressalta-se que essa realidade ocorre, de modo geral, não apenas nos lares formalmente chefiados por mulheres, mas também em outras configurações familiares, nas quais elas permanecem como principais responsáveis pelas tarefas de cuidado, acumulando extensa carga horária de trabalho não remunerado. (2026, p. 15).

Muitas mães lidam com a dura opção de trabalhar para a sobrevivência familiar, enquanto seus filhos ficam com outras pessoas, ou não conseguem emprego pois precisam ficar em casa cuidando dos filhos, sem ter tempo para o acesso ao trabalho e à educação. Muitas pessoas conhecem a realidade da violência doméstica, dos pais, maridos e/ou namorados que agredem as mulheres, mães, muitas vezes na frente dos filhos. Nesse contexto, muitos filhos presenciaram pais agredindo e/ou praticando o feminicídio contra mães e crianças, que crescem com essa realidade que influencia diretamente no modo destas crianças e famílias compreenderem o mundo. Como aponta a pesquisa das autoras Souza e Adesse:

A violência contra mulheres e meninas inclui situações de agressão

física, sexual, psicológica e econômica. As duas formas mais comuns de violência contra a mulher, cujos autores são parceiros íntimos da vítima, são: a agressão física, que se caracteriza comumente pelos crimes de lesão corporal e ameaça, também chamada de violência doméstica; e a coerção ao sexo, chamada de violência sexual, que inclui com mais frequência os crimes de estupro e atentado violento ao pudor. A violência sexual pode ser exercida no espaço doméstico (casa) ou no público (rua). A agressão física é quase sempre acompanhada de agressão psicológica e, de um quarto à metade das vezes, está relacionada a situações de violência sexual, como, por exemplo, o estupro conjugal. O fato de a legislação penal brasileira não incluir o tipo “estupro conjugal” é significativo e contribui para manter a desigualdade entre homens e mulheres na relação conjugal. (2005, p.37 *apud* Change, 1999).

Os altos índices de feminicídio e estupros no nosso país revelam a triste realidade que as mães brasileiras, mulheres, crianças e adolescentes, enfrentam diariamente para ter direito à vida, ao trabalho, à educação, à liberdade e à segurança. Como aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), na figura abaixo:

Figura 1: Infográfico apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025).

Podemos observar que 97% dos crimes de feminicídios são cometidos por homens do núcleo familiar, e 87,7% das vítimas de estupro são do sexo feminino, os dados nos revelam a “normalização” social das desigualdades de gênero. Estes crimes são cometidos por “homens de família”, que se sentem no

direito de violentar mulheres e crianças, e muitas vezes não sofrem as devidas punições na justiça.

Estas estatísticas sobre as violências continuam crescendo no nosso país, sem medidas urgentes que combatam essas violências e protejam efetivamente a vida de mulheres e crianças. A justiça tem dificuldade de provar o crime e punir os agressores, que seguem livres cometendo crimes enquanto as vítimas seguem sendo violentadas. Assim, se contribui para o silenciamento e não enfrentamento da barbárie contra mulheres e crianças.

Os homens que são condenados por violência doméstica, na maioria dos crimes, justificam suas agressões como legítimas, por pior que sejam, como matar a companheira e os filhos, com a justificativa da mulher querer a separação do agressor. Em muitos depoimentos, agressores domésticos defendem o crime praticado como legítimo, culpando as reações das vítimas pelas agressões proferidas por eles.

Justificando de várias formas os crimes cometidos, seja por ser a autoridade na família, seja pelo discurso de que ele é o provedor do sustento da família e pode fazer o que quiser com sua família; ou de justificar sua agressão, por uma situação de defesa das vítimas que não aceitam a submissão ao agressor, de não ceder às ordens do agressor, como uma herança patriarcal enraizada na cultura, que continua afetando milhares de famílias, como destaca Azevedo e Guerra:

Rigorosamente, o homem usa a força para dominar a mulher quando esta não consente em cumprir-lhe as ordens. No plano individual, esta afirmação é óbvia: há milhares de mulheres espancadas, estupradas por seus companheiros, inclusive no seio do casamento, e por eles assassinadas. Os espancamentos vão dos pequenos tabefes até fraturas e outras lesões de natureza grave. No que tange à violência sexual, o agressor não conhece limite de idade, padrão de beleza, condição de saúde. Isto equivale a dizer que a ideologia machista confere ao homem um poder extraordinário que lhe permite estuprar sua esposa, quando esta não apresenta disposição para o ato sexual, assim como a esposa do amigo, a jovem, a adolescente, a púbere, a menina, o bebê, a velha, a bonita, a feia, a saudável, a doente. A sociedade é extremamente complacente, inclusive com os homicidas de mulheres. (1989, p. 57).

Muitos casos não chegam ao conhecimento da justiça, como demonstra Santos e Ippolito (2002), “muitos dos atos de violência praticados e testemunhados não são levados ao conhecimento das autoridades, não chegando nem ao menos existir sob a ótica do mundo jurídico” (p.197), criando uma rede de impunidade para os criminosos e permitindo que estes continuem violentando as vítimas.

Nossa sociedade tem muitas dificuldades no enfrentamento efetivo das violências e na proteção das vítimas, como as denúncias, julgamentos e punições tardias, que fazem com que a vítima continue sofrendo violências, como os inúmeros casos de crianças e adolescentes vítimas de estupros que são obrigadas a prosseguir com a gestão forçada, colocando em risco sua própria vida, e, muitas vezes, é desamparada pela própria família, sociedade e poder público, que negligencia as ações estruturantes da sociedade que permite a proliferação das violências e injustiças. Acobertados por uma cultura misógina, que não defende a legitimidade da vida de mulheres e crianças aos direitos humanos.

Com muitas lutas as mulheres se organizaram coletivamente para cobrar a garantia de seus direitos e de seus filhos, conquistando um avanço social com a efetivação de políticas públicas que assegurem seus direitos sociais, políticos e econômicos, contribuindo com todo o desenvolvimento histórico e social.

3.1 A HERANÇA COLONIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA PESSOAS NEGRAS

Nossa cultura define nosso modo de ser e agir socialmente, assim, as desigualdades históricas de gênero, classe e raça são construções sócio-históricas que foram ensinadas e precisam ser reeducadas para superarmos as desigualdades e respeitar a diversidade humana em todas as suas variações sócio-culturais. Esses pré-conceitos afetam a compreensão social das crianças e são reproduzidos por elas, pois são ensinadas pela cultura ao seu redor desde a primeira infância, levando-as a reproduzir e sofrer as consequências destas desigualdades. É construindo a realidade na convivência

com os outros na sociedade que as crianças moldam seu aprendizado e podem atuar adquirindo o conhecimento sobre si e o mundo que a cerca.

No processo histórico-social, a escravidão foi um dos piores legados coloniais do qual ainda enfrentamos sequelas deixadas pela legalização das várias formas de violência contra a população negra, que espalhou o racismo estruturante na sociedade capitalista e a naturalização da barbárie contra pessoas inocentes. Segundo O MEC:

A compreensão da violência ganhou novas camadas analíticas quando passou a ser examinada a partir da intersecção de diferentes marcadores sociais, como gênero, raça e classe. Pensadoras negras e indígenas, cujas experiências históricas e coletivas revelam formas de agressão, microagressões e violências frequentemente invisibilizadas, contribuíram de maneira decisiva para essa ampliação conceitual, ao situarem as violências sofridas em razão de serem mulheres, negras ou indígenas e pobres. (2026, p.36).

A violência sexual foi uma arma estratégica dos racistas para desumanizar as pessoas negras, como a objetificação dos corpos negros para satisfazer os homens brancos, os quais legalizaram na escravidão todas as formas de violência que ainda enfrentamos na sociedade, como aponta os estudos de Angela Davis:

O racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual. Embora as mulheres negras e suas irmãs de minorias étnicas tenham sido os alvos principais desses ataques de inspiração racista, as mulheres brancas também sofreram. Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ilesa. (2016, p. 181).

Segundo Angela Davis, em sua obra “Mulheres, raça e classe” (2016), o corpo negro é o corpo que mais sofreu e sofre violências na nossa história. A História está intrinsecamente relacionada à colonização e ao processo de escravismo de pessoas negras, como relata Davis (2016): “uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos - especialmente aqueles com poder econômico - possuiriam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras” (p. 180).

Com a legalização da brutalidade e de violências desumanas praticadas contra as pessoas escravizadas, a sociedade ocidental e sua cultura hegemônica, naturalizou as práticas violentas contra os corpos negros e todos os outros corpos que exploraram, começando estas violências brutais desde a infância. Como aponta Santos e Ippolito:

É verdade que a violência sexual ocorre em todas as classes sociais; contudo, as pesquisas mostram que o abuso sexual afeta maior número de meninas negras e pardas das camadas populares e na faixa etária de 7 a 14 anos, embora se deva ressaltar que pouco se conhece sobre o fenômeno do abuso sexual nas classes médias e altas. Também é correto dizer que a sociedade brasileira trata desigualmente as vítimas deste crime de acordo com sua classe social, etnia (raça/cor), gênero e faixa etária. (2011, p. 78).

O racismo é uma violência institucionalizada e estruturante da sociedade, que está presente em muitas culturas, herdado do sistema colonial, escravista, capitalista, e que continua vitimando muitas pessoas negras na sociedade. Como afirma Angela Davis, “a estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual” (2016, p. 202).

Os homens tendem a esconder e manipular os fatos dos males sociais que causam, usando a influência e o poder social acima da justiça, como ainda tentam diminuir a luta histórica dos povos negros no processo de libertação e emancipação da população negra do passado e presente. Mas não foram capazes de mudar suas ações violentas na história, e reconhecemos essa trajetória de violências como parte da proliferação da violência sexual que se tornou parte rotineira da exploração sofrida por mulheres e crianças no passado e no presente. A análise de Davis aponta que:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma impressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (2016, p. 20).

A escravidão legalizou as práticas de estupros e violências sexuais, principalmente contra os corpos negros, Davis (2016) revela que “em conjunto com o açoitamento, o estupro era um método extremamente eficiente para manter tanto as mulheres negras quanto os homens negros sob controle. Tratava-se de uma arma rotineira de repressão” (p. 187).

Os corpos das pessoas negras sempre foram alvo das violências sexuais, justificadas e inocentadas pelos próprios homens brancos. Como afirma Davis, “a licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão” (2016, p. 180).

Ainda são os corpos negros os maiores alvos das violências físicas, sexuais, psicológicas e sociais, principalmente por não gozarem de relevância e comoção social. Davis aponta que:

Seria um erro interpretar o padrão de estupros instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (2016, p. 36).

Esse processo histórico de aceitar as diversas formas de violência sobre os corpos negros, principalmente contra as mulheres negras, é uma herança colonialista, racista, que invisibiliza, nega a vida, a luta, a resistência das pessoas negras, colocando essas pessoas à margem da sociedade, excluindo seus modos de vida, suas lutas, e suas tragédias. Como revela Angela Davis:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (2016, p. 19).

O nosso corpo é um território que deveria ser protegido, cuidado e preservado, ele é nossa casa, é o que guarda a vida e se ele é prejudicado, violentado de qualquer forma, isso se torna uma violação contra a vida, é um

atentado aos direitos humanos. Assim como os homens aprenderam a invadir, explorar e prejudicar todo o meio ambiente do nosso planeta, os homens aprenderam a explorar, abusar e prejudicar todos os corpos alheios que puderem violentar.

Enquanto não compreendermos as desigualdades estruturantes da sociedade para combatermos as desigualdades contra as pessoas negras e grupos inferiorizados, a nossa sociedade não será justa nem digna para se desenvolver para além das relações de opressões e poderes perpetuados na sociedade.

Somente uma educação plena dos conhecimentos históricos e sociais poderá emancipar a população, que precisa se unir e cobrar que os direitos humanos e os direitos sociais sejam efetivados para todos, eliminando as desigualdades e injustiças históricas.

É necessário contextualizar as desigualdades de gênero na história, para entendermos que as práticas violentas na sociedade foram principalmente praticadas pelos homens, brancos, livres, religiosos e com poder social. Violências praticadas contra mulheres, crianças e outras populações minorizadas, principalmente contra a população negra, povos indígenas, quilombolas e trabalhadores, que são vítimas do racismo estrutural e de várias violências estruturantes da sociedade ocidental. Precisamos cobrar reparação histórica para estas violências.

4 A ESTRUTURA HISTÓRICO-SOCIAL DA CULTURA DO ESTUPRO: VITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A partir de uma análise crítica dos tipos de violências praticadas na sociedade, foi realizado um recorte sobre a violência sexual que está presente nas violências sofridas no passado e no presente contra mulheres, crianças e adolescentes. A violência sexual é uma violência física, psicológica e moral, legitimada no sistema patriarcal, colonialista e capitalista, como revela Davis (2016): “A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação

generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica” (p. 202).

As violências contra mulheres e crianças se espalharam nas culturas, originando uma cultura de aceitação das práticas de estupro, pedofilia e incesto, acobertado pelo tabu do silêncio que protege os abusadores e permite que as vítimas continuem sendo violentadas. A “naturalização” dos abusos sexuais na cultura ocidental gerou uma sociedade que se conformou com práticas violentas de abusos sexuais em todas as esferas sociais, seja na família, no trabalho, nas diferentes instituições; em locais públicos e privados, sendo o estupro usado até como “arma de guerra”, principalmente contra os corpos negros e grupos discriminados, que são as maiores vítimas das violências. Como demonstrado por Westphal:

Nos estudos sobre tal fenômeno, todos os autores indicam a existência de abuso sexual no âmbito familiar (Gomes, 1994), tendo como agressor o pai, o padrasto, ou, ainda, pessoas conhecidas do relacionamento da vítima. Esse abuso, inclusive, que vitimiza mais frequentemente as meninas, costuma ser uma das causas da saída dos lares. Entretanto, as agressões continuam nas ruas, pois muitos estupros são relatados pelas adolescentes, sendo os principais agressores os policiais e companheiros, como constatou Gomes 1994. (2002, p. 104-105).

Sendo o estupro e a pedofilia violências sexuais que vitimizam milhares de crianças e adolescentes no mundo, é urgente compreender, combater e firmar um compromisso global de combate à violência sexual, principalmente contra crianças e adolescentes. A violência sexual atinge de forma ainda mais severa o corpo das crianças e adolescentes, pois são corpos ainda em desenvolvimento. Como grave consequência desse trauma se revelam danos na capacidade de aprendizagem, o que compromete o sucesso escolar. A escola tem ainda a função de ser às vezes o único lugar de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, conforme aponta Santos e Ippolito:

Quando crianças ou adolescentes sofrem qualquer tipo de violência e não recebem ajuda por parte da comunidade, da escola, ou mesmo da sociedade, internalizam a concepção de que a agressão é algo aceitável, assim perpetuando a espiral da violência. Daí a importância da escola na criação de um ambiente de acolhimento, que propicie a escuta de crianças e adolescentes que vêm vivenciando situação de violência sexual. A escuta é o primeiro passo para ajudar aqueles que manifestam

a necessidade de apoio. O educador pode e deve ser um grande aliado dessas crianças e adolescentes; por isso, faz-se importante que conheça as dimensões do fenômeno e saiba como enfrentá-lo. (2011, p. 14).

O sistema capitalista legitimou a propriedade aos homens sobre o corpo e a vida das mulheres e crianças, como um objeto, uma mercadoria, para servir aos homens da família de todas as classes. Para Azevedo e Guerra, “o abuso-vitimação de crianças consiste, pois, num processo de completa objetualização destas, isto é, de sua redução à condição de objeto de maus-tratos” (1989, p. 35). Os homens não foram educados para reconhecer sua sexualidade, suas emoções ou sua responsabilidade com a vida familiar e social, causando danos severos aos outros e a si mesmos.

A violência sexual é um mal social que violenta milhares de crianças e adolescentes no mundo ao longo da história. Precisamos compreender e combater as violências sexuais que acontecem diariamente na sociedade contra milhares de corpos inocentes como de crianças e adolescentes. Essas violências contra as vítimas podem durar muitos anos, se não forem denunciadas e julgadas adequadamente pela justiça e a sociedade, que têm sido negligente e falha na proteção das vítimas.

As violências sexuais causam ainda mais danos às pessoas quando praticadas por familiares e pessoas que têm a confiança das vítimas, e quando estes usam a autoridade e o poder de coerção contra as vítimas. Conforme a definição sobre o abuso sexual apresentada por Santos e Ippolito:

O abuso sexual é descrito como qualquer forma de contato e interação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente em que o adulto, que possui uma posição de autoridade ou poder, utiliza-se dessa condição para sua própria estimulação sexual, para estimulação da criança ou adolescente ou, ainda, de terceiros. A assimetria da relação de poder entre o autor do abuso e a criança ou adolescente que sofre o abuso é o que mais caracteriza essa situação. De acordo com Intebi (2008), essa discrepância de poder acontece quando: a) a diferença de poder e de força física possibilita ao autor do abuso o controle físico e emocional da criança ou adolescente; b) a diferença de conhecimento do ato sexual implica incompreensão, por parte da criança ou adolescente, do significado e das consequências potenciais da atividade sexual; c) o autor do abuso geralmente busca satisfazer os seus próprios impulsos sexuais. (2011, p. 64).

A família deveria ser um lugar de segurança, amor e proteção, mas, em muitos casos, acaba sendo o lugar em que mais se violenta as crianças e adolescentes. Conforme apontam Souza e Adesse (2005, p.33, apud. Saffioti, 1993, 1995 e 1997)): “Em pesquisa realizada sobre casos de incesto em 50 famílias, em São Paulo, houve 52 agressores e 63 vítimas meninas. Destes agressores, 37 eram pais biológicos, seis eram padrastos; 11 meninas ficaram grávidas de seus pais”.

Muitas crianças tem dificuldade de diferenciar o carinho familiar do abuso sexual, pois os agressores usam estratégias para enganar, manipular, chantagear e coagir as vítimas. Para fazer com que, de certa forma, a criança e/ou adolescente, na maioria dos casos, meninas, aceite os abusos sofridos e não exponha o agressor, como aponta Azevedo e Guerra:

Muitas vezes, a menina ainda não sabe que certas carícias são próprias do amor sexual e não do amor filial. Ademais, se é o pai que as pratica, deve tratar-se de algo bom e socialmente aprovado, já que o pai só deseja o “bem” da filha. Outras vezes, a filha sabe que “não é certo” praticar determinados atos com seu pai, mas vê-se constrangida a fazê-lo. O constrangimento sobre largo espectro indo da sedução e da cumplicidade no segredo até a violência física extrema, provocando fratura de pélvis e roturas do tecido vaginal. Qualquer que seja o tipo de abordagem escolhido pelo homem adulto - em geral, o pai, mas também o padrasto, o tio, o amigo da família, o vizinho - há sempre a violação de um direito de uma menor. A ela não é dado optar: é obrigada, seja docilmente, seja através da violência física, a ceder às exigências masculinas.” (1989, p. 61).

A partir dos estudos de Ariès (1981), podemos encontrar indícios dos abusos naturalizados no passado na cultura euro cristã, como o relato médico sobre o príncipe Luís XIII e a atitude diante da infância e os jogos sexuais daquela época: “Durante seus três primeiros anos, ninguém desaprova ou vê algum mal em tocar por brincadeira em suas partes sexuais” (Ariès, 1981, p.75).

Seguindo os relatos da época: “Ele e Madame (sua irmã) foram despidos e colocados na cama junto com o Rei, onde se beijaram, gorjearam e deram muito prazer ao Rei” (Ariès, 1981, p.76). Estes relatos podem ser interpretados no presente de forma diferente do passado, mas nos revela uma naturalização de jogos sexuais com as crianças e suas partes sexuais desde a primeira infância.

As crianças que foram ensinadas e cresceram com esse jogos sexuais, reproduzem esses costumes com outros enquanto cresciam: “Entre cinco e seis anos, as pessoas pararam de se divertir com as partes sexuais do Delfim. Enquanto isso, porém, ele começou a se divertir com as dos outros” (Ariès, 1981, p.76).

Esses relatos nos mostram indícios da naturalização do incesto, principalmente na elite, cristã, conservadora e dos reinados dos homens, mas que não era entendido como abusos e sim como costumes, “essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais de adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum” (Ariès, p.77, 1981). Porém, essa herança dos abusos do passado nos assombra no presente e precisa ser extinta a prática abominável da violência sexual contra crianças e todas as pessoas.

As crianças são muito vulneráveis, assim “ousa-se fazer com uma criança coisas que se teria vergonha de arriscar com um rapaz” (Ariès, p. 90, 1981), pois é muito mais “fácil” violentar uma criança indefesa, que não tem compreensão do que está sofrendo, por não possuir maturidade psicológica e física para lidar com esses jogos sexuais, diferente de uma pessoa adulta, que tem mais chances de ter consciência da violência sofrida, tem maiores possibilidades de resistência e fuga e mais condições de buscar meios de denunciar os agressores.

Muitas pessoas, principalmente quando o violentador é da família, preferem não acreditar nas vítimas nos casos de denúncia, para não ter que lidar com o problema de enfrentar o agressor e em muitos casos a justiça prefere preservar a integridade do violentador do que das vítimas. É um péssimo costume que favorece esses criminosos, de não considerar as falas das crianças e pessoas vítimas como verdadeiras, desacreditando como se fosse algo irreal, uma invenção ou uma fantasia das crianças. Assim, conforme apontam Azevedo e Guerra:

A incredulidade - verdadeira ou pretensa - dos adultos obriga a criança a se tornar cúmplice de seu agressor. E a partir do estabelecimento da cumplicidade aparecem a vergonha, a depressão, a destruição da auto-estima. Do abuso sexual de crianças em família à prostituição não

há senão um pequeno passo. Já que o agressor não é movido pela atração sexual quando vitimiza crianças, e muito menos pelo amor, mas sim pelo poder de que desfruta face aos menores pode se transformar no empresário da exploração sexual de suas vítimas. (1989, p. 78).

Nossa sociedade, ao invés de salvar as vítimas e punir os culpados, tenta justificar as violências culpando o comportamento das vítimas. Desacreditando dos relatos das vítimas e acreditando facilmente nas falsas alegações dos acusados, permitindo que as situações de violências continuem acontecendo, enquanto os criminosos continuam livres e fazendo mais vítimas.

É preciso muita força e resistência para as vítimas denunciarem as agressões e enfrentarem os criminosos e, mesmo assim, as leis e a justiça tardam e falham no julgamento de muitos casos. Principalmente quando os violentadores ocupam cargos de prestígio social, a preservação da imagem do agressor pode se tornar mais importante que a punição dele e a defesa das vítimas. A sociedade tende a aceitar facilmente qualquer justificativa mentirosa dos agressores, enquanto as vítimas têm que provar e reviver as violências até que o crime seja provado e os criminosos, condenados.

O direito de satisfação sexual dos homens sempre foi defendido na história por eles mesmos, independente da violência com que se atingia as vítimas. Os homens se tornaram predadores sexuais dos corpos alheios, enquanto foi proibido para as mulheres terem satisfação sexual, pelos costumes e tradições de muitas culturas. A atividade sexual para as mulheres esteve ligada a parir seus filhos e à servidão doméstica.

O combate às violências precisa ultrapassar as barreiras das políticas públicas, para serem realmente eficazes atuando na realidade cotidiana da população mais vulnerável às violências. Isso requer uma força tarefa conjunta e articulada com todos os órgãos públicos, sejam de saúde, de assistência, de segurança e de educação. Os profissionais que atuam nesses órgãos e atendem vítimas de violência, precisam ter formação qualificada e contínua para identificação, acolhimento e enfrentamento dessas violências. Como aponta Westphal:

O que observamos é que 90% dos casos abusivos sexuais, quando

chegam à tona, já tiveram pelo menos uma passagem num pronto-socorro ou num centro de saúde e foram vistos por algum dos profissionais de saúde, seja médico, seja enfermeira, ou assistente social. Qual é essa interação com os conselhos de direitos existentes? Pois bem, quero saber se faz parte da formação dos agentes comunitários de saúde e dos médicos de família a discussão acerca da violência doméstica contra as crianças. Eu acredito que isso não faça parte do seu processo de formação. Então, existe de fato um complô do silêncio muito claro entre os diferentes setores estratégicos de saúde, setores de formação, de pós-graduação e mesmo de graduação que se distanciam de uma questão tão importante como esta, que é da violência doméstica contra a criança e adolescente. (2002, p. 139).

Se faz necessário o tratamento adequado dessas violências com urgência, com medidas e investimentos dos poderes públicos, das instituições sociais e do sistema educacional de ensino, que precisa priorizar o combate às violências nos currículos oficiais. Essas situações precisam ser tratadas por diferentes profissionais e órgãos responsáveis, até que possam ser superadas e os agressores punidos adequadamente, recuperando a dignidade e a justiça para as vítimas, que podem carregar a vivência traumática do abuso sexual por toda a vida. Conforme os estudos das autoras Azevedo e Guerra:

Muitas vezes os médicos ou os educadores podem perceber a vítima de um ato incestuoso mesmo sem que haja uma denúncia formal. Para isto é suficiente que se decidam a investigar mais profundamente algum tipo de sintoma, como por exemplo: se uma criança começa a ter problemas de comportamento, se seu rendimento escolar cai, promiscuidade, sintomas psicossomáticos ou depressão, distúrbios do sono, enurese, medo do escuro. Esses sintomas isolados servem para alertar que algo anda mal. Quando surgir este tipo de sintomatologia na criança, a indagação sobre se ela está sendo vítima de um relacionamento incestuoso não deve ser feita através de perguntas diretas para a criança, pois ela pode negar o ato incestuoso devido ao fato de estar com medo ou estar sob forte emoção. (1997, p. 223).

Infelizmente, essas violências são fatos reais que assombram a vida das vítimas diariamente e têm consequências profundas na vida das crianças e adolescentes. Quando um familiar, ou alguém de confiança da criança, de quem ela espera afeto, cuidado e proteção, violenta seu corpo e a confiança dessa criança, cria-se um trauma sem precedentes em sua psique, e se perde algo do seio familiar e social, que é irreparável, na questão de pertencimento ao meio, e

na confiança nos seres humanos ao nosso redor. Assim, para as autoras Azevedo e Guerra:

As vítimas do incesto podem senti-lo como um equivalente mental de morte biológica, ou seja, como uma aniquilação interna de suas estruturas psicológicas, ficando deste modo impedidos de crescer e de modificar a sua vida mental. (1997, p 216).

Como na maioria dos casos de violência sexual há predominância de autores homens, o combate à violência sexual tem que incluir uma reeducação da masculinidade tóxica legada pelo patriarcado, que tem moldado um tipo de comportamento que é aceitável na sociedade. A falta de conhecimento sobre as emoções e o respeito com a diversidade de gênero, gerou um machismo violento, que afetou o desenvolvimento social, prejudicando nossa compreensão de ser social e interação com a diversidade.

Na maioria dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, são as pessoas próximas que ganham a confiança das crianças e das famílias que praticam as violências sexuais sem levantar suspeitas, com uma falsa intenção de cuidado ou atividade que envolva estar a sós com as vítimas.. As autoras Azevedo e Guerra (1989) defendem que “existem apreciáveis desproporções entre um adulto e uma criança. Quanto menor a criança, maior a desproporção. Esta está presente em vários domínios: no físico, no intelectual, no emocional” (p. 86).

Precisamos compreender que um adulto geralmente tem mais força e capacidade cognitiva que uma criança, e pode usar toda sua força e toda sua inteligência para maltratar, ferir, agredir e/ou violentar uma criança. Trata-se de uma agressão desigual e extremamente violenta a agressão contra os corpos infantis e mesmo assim muitos continuam impunes, livres na sociedade brasileira. Angela Davis nos traz questionamentos sobre o silenciamento em torno desses crimes:

Mas, em primeiro lugar, por que existem tantos estupradores anônimos? Não seria esse anonimato um privilégio usufruído pelos homens cuja condição social os protege de processos judiciais? Embora os homens brancos que são empregadores, executivos, políticos, médicos, professores universitários etc. sejam conhecidos por “tirar vantagem” de

mulheres que eles consideram socialmente inferiores, seus delitos sexuais raramente vêm à luz em tribunais. Portanto, não é bastante provável que esses homens de classe capitalista e da classe média sejam responsáveis por uma proporção significativa dos estupros não notificados? (2016. p. 201).

Considerando que na maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes, é o gênero feminino que concentra o maior número de vítimas, é urgente incluir na educação escolar a obrigatoriedade das discussões de gênero e sexualidade para o combate às violências, como aponta a Organização Mundial da Saúde (2002), as meninas correm mais riscos de sofrer violências e negligências do que os meninos, sendo que as meninas sofrem até três vezes mais abusos sexuais que os meninos, indicando a necessidade da inclusão das violências de gênero nos currículos oficiais.

É difícil prever como essa criança ou adolescente vai compreender a própria realidade e criar mecanismos de fuga das situações de violência. Além das meninas, as crianças com deficiências são muito vulneráveis aos abusos, como indicam os autores Santos e Ippolito (2011), pois constituem alvo fácil devido às suas limitações, sejam elas físicas e/ou intelectuais:

Por tratar-se de documento recente, ainda prevalece o contexto em que a reação à violência sexual tem se manifestado de forma silenciosa e com pouca visibilidade social. É notório que crianças com deficiência são mais vulneráveis ao abuso e à violência sexual, constituindo alvo mais fácil para o autor de violência sexual, porquanto os impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais são fatores de agravo de vulnerabilidade. (2011, p. 92).

Precisamos estabelecer políticas públicas de combate e prevenção às violências, principalmente a sexual, que é um dos tipos de violências mais praticadas e mais acobertadas na nossa história. O enfrentamento das violências requer um conhecimento articulado de saúde e segurança para a prevenção e combate às violências. Um conhecimento que seja disseminado para a sociedade e incluído nas pautas públicas e sociais em defesa das vítimas, principalmente crianças e adolescentes com deficiências que muitas vezes não conseguem comunicar e expressar as violências sofridas, necessitando de uma intervenção de pessoas que priorizem o bem-estar das pessoas mais vulneráveis.

Se é difícil para os adultos assimilar tamanhas violências, é ainda mais difícil para as crianças compreenderem as violências que sofrem por parte dos adultos, como destaca Westphal:

É difícil imaginar algo mais aterrador para uma criança pequena ou bebê do que ser socado, chutado, queimado ou arremessado do outro lado da sala por um pai descontrolado de quem ela espera cuidados e proteção. Crianças que são espancadas por seus pais são reféns: jovens e fracos demais para escapar ou se defender do abuso. Eles são totalmente dependentes daquelas mesmas pessoas que inflige dor e danos e estão à sua mercê repetidamente por muitos anos. (2002, p. 76).

A cultura do estupro é um dos problemas urgentes de saúde pública, pois vitimiza todas as etapas da nossa vida, desde a primeira infância até a velhice, não sendo poupada nenhuma vítima, seja qual for a circunstância. Até mesmo pessoas doentes em hospitais são estupradas; mães na hora do parto são estupradas; até depois de mortos, os corpos são estuprados em necrotérios e funerárias. A cultura do estupro é uma epidemia que se espalhou por nossa história e esta sendo reproduzida há muitas gerações, precisamos encontrar medidas concretas para combater esse mal. Conforme análise de Azevedo e Guerra:

O paradigma do estupro é bem ilustrado pela maneira pela qual este fenômeno é rotineiramente tratado pela polícia, nos tribunais e pelas atitudes públicas que desperta. As respostas destas instituições às vítimas de estupro revelam a estrutura na qual a violência sexual e a escravidão sexual florescem. Tem-se a expectativa, quando uma mulher é estuprada, que ela consiga escapar ilesa, desafiando uma força irresistível que inclui a fraude, o engodo, a força e a violência física, a manipulação e o terror absoluto. Se ela não puder livrar-se da situação em que ocorre o estupro, dá-se por assente que ela foi, até certo ponto, cúmplice do ataque; conseqüentemente, o fato não é mais considerado um assalto e ela não é verdadeiramente uma vítima. Sua vitimização é provada ou não conforme o valor de sua palavra, o exame de seu caráter, a castidade de sua vida sexual passada, o seu modo de vestir, o brilho do seu olhar e o sorriso de sua face. Cada vítima de estupro é tratada por uma bem comportada Sociologia, que não pergunta porque os homens fazem o que fazem com as mulheres. Nenhuma outra explicação de forças sociais ou comportamento masculino precisa ser considerada. Nada fora da mulher, nem mesmo seu agressor, explica o estupro. Este é o paradigma do estupro. (1989, p. 66).

A violência sexual é uma agressão, uma violência que fere não só o corpo, mas também deixa marcas subjetivas para toda a vida e que dificilmente é esquecida e curada. Principalmente quando é praticada por um membro da família ou alguém de confiança da vítima que destrói a confiança e a autoestima da criança, que fere sua integridade, criando sintomas e traumas que prejudicam a vida da vítima, afetando sua aprendizagem, seu desenvolvimento, suas experiências sociais.

O estupro ainda é praticado abertamente na sociedade, hoje com as mídias e a tecnologia existem casos destas violências que são produzidas e compartilhadas em grupos de pessoas que se organizam para cometer diversas formas de violências. Essa tem se tornado uma prática cultural em muitos países, que infestou nossa sociedade destes crimes terríveis contra os direitos humanos, que são todos os dias noticiados nas mídias. Com os homens se achando no direito de estuprar e violentar nossos corpos, independente do gênero, da classe, da etnia, raça ou vulnerabilidade das vítimas, enquanto o sistema capitalista lucra com as violências sexuais contra crianças e adolescentes, como demonstra os autores Santos e Ippolito:

De acordo com as normativas nacionais e internacionais, o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial é considerado crime transnacional e violação dos direitos humanos. A exploração acontece não apenas na forma de atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo, pornografia e tráfico de humanos) mas também como trabalho escravo nas casas de entretenimento e até na agricultura, na pesca e nos serviços domésticos, entre outros. (2011, p. 114).

A violência sexual perpassa a questão individual, é uma organização criminosa internacional, que atua diariamente para alimentar uma rede de exploração sexual que está relacionado com muitos homens de poder social, como empresários, políticos, líderes religiosos ou famosos, em todos os diferentes grupos sociais e culturais, são encontrados criminosos envolvidos na exploração e vitimação sexual de crianças e adolescentes.

Este sistema é financiado e mantido por pessoas que muitas vezes estão no nosso meio social e não identificamos, estão agindo diariamente livremente

com a exploração sexual, envolvidos no tráfico e desaparecimento de milhares de pessoas no mundo. Enquanto os exércitos e a polícia dos Estados são usados para atacar civis inocentes, redes criminosas de violências de toda natureza seguem impunes.

O objetivo do estuprador é sentir prazer com o sofrimento alheio e demonstrar sua força e poder contra o corpo alheio, independente da idade, do gênero ou das condições físicas e mentais das vítimas. O violentador não se preocupa com o bem estar da vítima, mesmo sendo um familiar, ele é indiferente ao sofrimento causado na pessoa vitimizada, o único medo do abusador é ser descoberto e condenado por seus crimes, pois quando a sociedade é conivente com esses criminosos, deixando os homens sair impunes de seus crimes e não criando mecanismos de combate contra estes criminosos, eles se sentem confortáveis em praticar estes atos em todos os espaços sociais, contra todas as pessoas que puderem vitimizar.

A violência sexual praticada em muitas culturas foi aceita e “perdoada” por muitas religiões, como a cristã conservadora que tem um passado e um presente repleto de casos de abusos e estupros praticados por líderes religiosos e devotos do cristianismo, contra as crianças e adolescentes, independente do gênero. Conforme a análise das autoras Azevedo e Guerra:

Os exploradores de crianças ocupam as mais distintas posições na estrutura ocupacional. São professores, clérigos, funcionários da justiça, médicos, trabalhadores manuais. Muitas vezes, são pessoas ocupando uma posição de autoridade em relação à criança. Embora do ponto de vista psicológico tais pessoas possam ser portadoras de sérios problemas, do ângulo social são criaturas acima de qualquer suspeita. (1989, p. 83).

É necessário reconhecer a influência e a doutrinação do cristianismo que esteve por grande parte da história no poder e na disseminação do modo de vida das massas populares. Como parte deste mal social, foi criado um tabu de acobertamento dessas violências sexuais, espalhando muitas mentiras e falsas pregações sobre o comportamento humano, o conhecimento verdadeiro sobre o corpo, a não educação sexual da população, a privação sexual nas relações sociais.

As religiões são um dos fatores responsáveis pela depravação sexual masculina, pois acobertaram durante toda a história esses crimes praticados inclusive por muitos membros das igrejas até os dias atuais. Muitas religiões como o cristianismo, que espalhou na Inquisição e na colonização o terror sobre os povos dominados, têm forte influência e responsabilidade na doutrinação religiosa quanto aos conhecimentos sexuais da sociedade. Acobertando os direitos dos homens de usar as mulheres, crianças e adolescentes para satisfação sexual, como um dever da esposa, dos filhos de servir o marido e o pai. Assim, a religião contribui significativamente no silenciamento de muitos crimes e violências sexuais por milhares de anos.

A pedofilia, assim como o tabu do incesto, é uma das violências contra crianças e adolescente que também foi acobertada pelas religiões por milhares de anos. Muitos pais se viam no direito de estuprar sua filhas, acobertados pelo sistema patriarcal e religioso, que deu aos homens direitos sobre os corpos das mulheres e crianças, que criaram uma rede milionária de pedofilia, pornografia, tráfico sexual por todos os países.

No passado, as crianças eram obrigadas a se casar com adultos perante a Igreja como forma de retaliação aos estupros e abusos contra as crianças vítimas. Essa abominação ainda é praticada na atualidade em muitos países, de forma legal ou ilegal. Sendo que o sequestro e o tráfico de crianças estão intimamente ligados ao abuso e exploração sexual dessas crianças e ao consumo de pornografia infantil, sendo um dos comércios ilegais mais lucrativos. Como revelaram os estudos de Azevedo e Guerra (1989):

O desaparecimento de crianças vincula-se à prostituição, como se liga também à pornografia. Exploradores nacionais de crianças podem estar associados a outros exploradores em outras partes do mundo, realizando o tráfico internacional de menores. (p. 81).

A violência contra crianças e adolescentes não aconteceu somente no passado, está presente na nossa atualidade em todo o mundo, enquanto as ações de combate a esses crimes ainda não são suficientes para aniquilar esse mal social. As pesquisas de Azevedo e Guerra apontaram uma das terríveis

redes de exploração sexual infantil no Brasil, que atuam sem a devida interferência do Estado e a da justiça:

Em Porto Alegre, a prostituição é organizada, quase como na Europa. Há meninas de 8 e 9 anos que trabalham em casas. Agora os clientes pedem meninas cada vez mais jovens. E meninos também. Em Santa Catarina e Porto Alegre nos foi confirmado que há um tráfico de exportação de crianças para o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. Diariamente veiculam-se anúncios de desaparecimento de crianças nos jornais. A prostituição é coisa corriqueira para crianças de 8 e 9 anos que se iniciam aos 6 ou 7. Foi descoberto um casal que fornecia crianças de 7 e 8 anos a hotéis. (Azevedo e Guerra, 1989, p. 74).

Os envolvimento nestes casos de exploração sexual infantil são financiados por uma indústria, que beneficia homens de poder político, empresários, capitalistas da mais alta classe e referência social em todo o mundo. Como o famoso caso de Jeffrey Epstein, envolvido em uma rede milionária e perversa de violências sexuais contra crianças e adolescentes, envolvendo pessoas da elite de todo o mundo. Inclusive, do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que tem demonstrado publicamente ser um criminoso e violentador da pior espécie, mesmo assim, continua governando um país com tamanha potência de destruição em massa, causando danos irreparáveis a toda sociedade e ao planeta, sem sofrer nenhuma punição por seus crimes contra os direitos humanos.

Estes homens com poder estão colocando em risco toda a vida do planeta para satisfazer os desejos insanos de poder e dominação global de uma minoria elitista de empresários capitalistas que só querem enriquecer ao custo da vida de milhares de crianças e adolescentes, pessoas inocentes que são submetidas a violências subumanas sem ter chances de defesa, abandonadas pelo própria sociedade que deveria protegê-las.

Como tem sido o genocídio sofrido pelo povo palestino, assistido pelo mundo sem nenhuma intervenção efetiva para salvar as vítimas, enquanto esses criminosos continuam impunes nagovernando nossas vidas. Sobre os Estados Unidos Azevedo e Guerra (1989) relatam que:

A pornografia infantil é uma empresa multimilionária e amplamente sofisticada, que produziu mais de 264 diferentes variedades de

publicações pornográficas. Trata-se de uma indústria que cresce rapidamente, envolvendo entre 300 a 600 mil crianças com idades inferiores a 16 anos, em todo o país [Estados Unidos]. (p. 85).

A inconformidade com as injustiças históricas é o que move as pessoas a buscarem uma melhoria nas condições de vida. Mas, é muito difícil quando não temos recursos e meios para enfrentar o poder e as violências que recaem sobre as vidas de milhares de pessoas inocentes. Precisamos buscar forças na comunidade e organizar um conjunto vivo de pessoas comprometidas com a mudança social, para efetivarmos a mudança que queremos no mundo, para assim melhorar a vida em sociedade.

Já é uma realidade a educação de gênero e sexualidade nas escolas e na sociedade, por meio da qual educadores e profissionais ensinam sobre o corpo, o gênero e a sexualidade de acordo com a faixa etária das crianças e dos adolescentes. Ensinam como prevenir abusos e denunciar os abusadores. Assim, muitas crianças, ao serem educadas no ambiente escolar sobre a sexualidade e prevenção de abusos, passam a reconhecer situações de violência e a denunciar seus agressores.

Porém, a sociedade enfrenta dificuldades de cunho conservador para implementar essas políticas como obrigatórias nos currículos oficiais. Exemplo disto é a lei de Santa Catarina, sancionada pelo Governador do Estado, Jorginho Mello, que é contrário a educação sexual nas escolas e prevê punições para educadores que abordam a educação sobre relações de gênero e sexualidade nas escolas, retirando das crianças e adolescentes o direito de terem o conhecimento necessário para se proteger. Como destacam os estudos de Azevedo e Guerra (1997): “Com a aquisição de conhecimentos adequados sobre o próprio corpo, crianças e adolescentes podem desenvolver, com mais segurança, sua capacidade de tomar decisões e de dizer não às situações constrangedoras ou desconfortáveis.” (p. 16).

Uma educação, uma família e uma sociedade que preparam crianças e adolescentes para a prevenção e denúncia de violências, têm mais chances de salvá-las do que as famílias que são contrárias à educação de gênero e

sexualidade nas escolas. É necessário estar sempre vigilante em relação às crianças e ouvir seus relatos dando credibilidade às suas emoções e comportamentos. Como evidenciam Azevedo e Guerra:

Crianças de qualquer raça, de qualquer classe social e dos dois sexos têm direito à satisfação de suas necessidades materiais, intelectuais e afetivas. A vitimização sexual no seio da família não incide mais nas camadas menos privilegiadas; ao contrário, os dados parecem indicar maior incidência relativa deste fenômeno nos estratos sociais médio e alto. (1989, p. 87).

Para que aconteça uma mudança significativa, precisamos proteger e educar as crianças em toda sua formação e desenvolvimento, eliminando as barreiras sociais, desigualdades e violências que afetam a vida das crianças e dos adolescentes. E, para isso, o poder público precisa auxiliar as necessidades das famílias vulneráveis ou que enfrentam violências domésticas, para recuperar o bem estar de todos seus membros familiares. Criar uma rede de proteção e prevenção às violências, pois, a falta de renda, de saúde, de moradia e de alimentação prejudicam a estrutura familiar, causando danos físicos, mentais e materiais a todos os membros familiares, e prejudicando principalmente crianças e adolescentes.

4.1 IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS

Difícilmente a criança consegue ter consciência emocional e psíquica da violência sexual sofrida, ficando difícil para as crianças diferenciarem as práticas de abusos dos adultos de outros atos e costumes da vida familiar, pois a maturação e desenvolvimento das capacidades psicológicas e físicas das crianças ainda estão acontecendo, por isso muitas não conseguem identificar ou nomear os tipos de violências sofridas e como denunciar e se defender. Como relata a análise das autoras Azevedo e Guerra:

Segundo Anna Freud (1981:34), “no que respeita às chances de danificar o desenvolvimento infantil, o incesto e outras formas de abuso sexual praticados por uma figura de autoridade estão em posição mais elevada que o abandono, a negligência, o maltrato físico ou outras

formas de abuso. (1997, p. 202).

Estas violências causam danos severos no desenvolvimento psicossocial das vítimas, pois as violências são internalizadas e processadas pelo corpo das vítimas de diferentes formas, desestabilizando seu bem-estar psico-social, criando disfunções cerebrais e doenças como depressão, dificuldades relacionais e dificuldades de aprendizagem que são consequências das ações violentas sofridas. Para Westphal (2002), quanto mais situações de risco as crianças vivem, mais chances elas têm de apresentar problemas físicos, mentais ou relacionais.

Os danos psíquicos podem se tornar quadros de ansiedade, depressão, hiperatividade ou outras condições que são nomeadas pelos especialistas como diagnósticos múltiplos de síndromes, mas que podem ter sido gerados por violências, afetando significativamente o desenvolvimento saudável das vítimas. Pesquisas de Souza e Adesse (2005) sugerem que mulheres que sofreram violência relatam mais problemas de saúde e abuso de drogas, além de seus filhos desenvolverem comportamentos patológicos como chupar dedo, urinar na cama, timidez ou agressividade e desempenho escolar ruim.

Se estas crianças não tiverem acompanhamento de múltiplos profissionais adequados na investigação individual, podem sofrer com os erros de diagnóstico (laudos médicos), não sendo devidamente auxiliadas no processo de compreensão e superação das violências sofridas. Como podem também reproduzir estas violências quando adultas, gerando uma sociedade educada na violência e reprodutora de violências.

Os danos causados às vítimas de violências sexuais podem prejudicar muitos aspectos da vida dessas pessoas, o modo como essa pessoa vai processar e responder às violências podem ser múltiplos, de acordo com o processo de acolhimento que teve ou não após a violência. Estes problemas podem ser percebidos pelas pessoas próximas às crianças, por meio da observação de grandes mudanças e frustrações no comportamento, como problemas de relacionamento com o meio social, levando a apresentar problemas psicológicos e atitudes não compreendidas decorrentes do trauma. Para as

autoras Azevedo e Guerra (1989), “em qualquer grupo de crianças vítimas de maus-tratos, o número das que sofrem de lesões cerebrais como consequência do abuso é maior do que o número das que têm lesões cerebrais anteriores a ele” (p. 159 *apud* Lynch et al.1982).

As violências sexuais prejudicam significativamente o desenvolvimento das crianças, pois os danos físicos e psicológicos de um corpo ainda em formação, prejudica ainda mais o processo de desenvolvimento e aprendizagem das vítimas, essa diferença da subjetividade quanto ao conhecimento dos significados e sentidos da cultura não são compreendidos pelas crianças, são diferentes dos significados processados por uma pessoa adulta. É importante que as pessoas acolham as falas das crianças e garantam um ambiente seguro para que elas possam expressar suas emoções e frustrações.

Como é o caso da violência do incesto, quando o violentador é um membro da família e de confiança da vítima, ao violentar essa confiança criam consequências sérias na compreensão da realidade em que vive a vítima, sendo que as crianças tendem a reprimir ou não compreender a violência sofrida. Para as autoras Azevedo e Guerra (1997, p. 219), as vítimas de incesto apresentam problemas comportamentais como estresse, insônia, dificuldades alimentares, queda no rendimento escolar, manifestações obsessivas, fobias, problemas psicossomáticos, transtorno psicóticos decorrentes dos abusos sexuais sofridos.

Estes abusos prejudicam o desenvolvimento psíquico e social das vítimas. Muitas famílias tendem a medicar suas crianças quando estas demonstram algum comportamento atípico, sendo que esses comportamentos podem ser decorrentes do abuso sofrido. Como as crianças podem também reproduzir estas violências quando adultas, gerando uma sociedade educada na violência e reprodutora de violências. As vítimas frequentemente apresentam mudança no estilo de vida, que pode ser interpretado como sintoma do trauma decorrente das violências sofridas. Os estudos de Westphal (2002) revelam que:

Além das lesões físicas decorrentes da violência, uma das consequências mais difíceis de serem reconhecidas é a *desordem psicológica*. Osofsky et al. (citado por Garbarino, 1992) concluíram que crianças que convivem com eventos traumáticos agudos perdem o

interesse no mundo e tentam evitar qualquer coisa que os relembrem desses eventos; elas manifestam também sentimentos de estranhamento, danos de memória, fobias, dificuldades de executar tarefas diárias, além de restrições afetivas e cognitivas. (p. 120).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), as crianças que apresentam comportamentos preocupantes, sejam físicos e/ou mentais, devem ser encaminhadas para atenção profissional de saúde. Estes profissionais relatam que crianças vítimas de abusos sexuais apresentam sintomas de: Infecções crônicas urinárias, lesões genitais, dores abdominais, constipação e problemas comportamentais.

Para identificarmos o abuso sexual infantil, é necessário um conhecimento previo sobre o assunto, como o encaminhamento para profissionais, que saibam identificar indicativos verbais, ou não verbais, como desenhos, e mudanças comportamentais, físicas decorrentes de abusos, pois as crianças podem revelar espontaneamente os abusos para alguém de confiança e que cuide delas. Segundo O Plano Nacional de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, (2022):

Conforme Gonçalves (2021), a vivência do abuso sexual provoca graves consequências à criança e ao adolescente, ainda que cada menino e menina reaja de forma diferente ao abuso sofrido. A vítima está exposta a diferentes riscos que podem comprometer sua saúde integralmente, gerando efeitos devastadores e duradouros, tais como: depressão; prejuízos cognitivos, comportamentais, emocionais e sociais; medo exagerado; comportamento autodestrutivo e ideias homicidas e suicidas; alterações na linguagem, memória, aprendizagem e rendimento escolar; perda de interesse pelas brincadeiras e pelos estudos; fugas de casa; automutilação; ansiedade; isolamento social; agressividade; medo do escuro ou de ficar sozinho, entre outros. (Brasil, 2022, p.34)

Destaco que as diferentes violências nos afetam de diferentes formas e podem ser tratadas de diferentes maneiras, segundo as condições de vida das vítimas e da rede de apoio que possuem, sendo fundamental a denúncia nos órgãos oficiais mediante a qualquer suspeita. As formas de violência mais sutis ou mais severas podem acontecer por anos sem ser identificadas, como torturas psicológicas, constantes agressões físicas ou constantes abusos sexuais que às

vezes demoram anos para serem descobertos e responsabilizados os agressores. Para o MEC:

As situações de violência impactam diretamente a frequência escolar, as condições emocionais e os processos de socialização de crianças e adolescentes vitimados/as. A equipe pedagógica deve acompanhar atentamente esses casos, de modo a minimizar prejuízos pedagógicos que podem resultar em exclusão e abandono escolar. Da mesma forma, silenciamentos persistentes ou explosões agressivas podem constituir sinais de violência, frequentemente não reconhecidos, de imediato, como violência sexual. (2026, p.67).

Precisamos tratar as violências de acordo com o grau e a severidade com que afetam as vítimas, responsabilizando os agressores de acordo com a violência praticada. Por isso, a prevenção e a ação contra violências deveriam ser ensinadas em todos os ambientes educacionais, em todas as idades. Precisa-se de um investimento em políticas públicas eficientes no Brasil, centralizando as necessidades de atendimento às vítimas em um lugar amplamente preparado para atuação de diversos profissionais, nos diferentes setores públicos envolvidos, que precisam ser definidas com a devida urgência de combater e prevenir as violências existentes na sociedade, principalmente contra crianças e adolescentes.

Muitos agressores de violência doméstica, saem impunes de seus crimes, pois em muitos julgamentos os tribunais de justiça são ocupados em sua maioria por homens que escolhem defender o modo violento que agem outros homens. Como a lei da alienação parental que é usada para inocentar pais agressores e/ou abusadores, onde há muitos casos nos tribunais de justiça que inocentam os acusados, voltando a criança a convivência com o agressor, que continua cometendo os abusos, justificando e legitimando seus crimes com um falso julgamento. Como explicita o CONANDA:

Vários são os fatores que impedem a garantia desse direito. Entre eles podemos citar o fato de que crianças e adolescentes nem sempre são ouvidos nesses espaços; o desconhecimento dos seus direitos de forma clara; a não informação do devido processo legal a que estão sendo submetidos; a ausência de advogados ou de defensores públicos para a defesa qualificada, dentre outras questões; a re-vitimização a que são submetidos crianças e adolescentes cujos direitos são violados e passam por vários órgãos de atendimento; procedimentos inadequados

que promovem a exposição da vítima, constituindo-se em flagrante violação de outros direitos. (2018, p.20).

Existe uma falta de formação adequada para os trabalhadores envolvidos em processos de crimes de violência sexual, desde os profissionais da saúde, da educação, do serviço social, juristas, advogados, entre outros. Esses aspectos precisam ser revistos pelo poder público para assegurar que as vítimas não sejam novamente vitimizadas durante o processo criminal, buscando acolher as vítimas e assegurando seus direitos para que possam se recuperar das violências sofridas.

Muitas políticas foram criadas no Brasil para a defesa e proteção de crianças e adolescentes, mas ainda não são suficientes para impedir os criminosos de continuarem agindo na sociedade. A existência das políticas públicas no combate às violências infelizmente não protege milhares de crianças que estão sendo vitimizadas todos os dias e que continuam sendo atacadas pelo poder conservador da direita brasileira, que tenta impedir as lutas pelos direitos das crianças e adolescentes, como a dificuldade que o Brasil enfrenta em assegurar a educação sexual e de gênero nos currículos nacionais.

O debate sobre questões de gênero e sexualidade precisa estar em pauta constantemente nas disputas políticas, para que chegue a quem delas precisar, pois muitas crianças e adolescentes ao obterem conhecimento adequado sobre as violências, denunciam seus agressores. Para acabar com esse cenário trágico, devemos promover uma educação que combata as violências em toda a sociedade, considerando o bem-estar e os direitos humanos como prioridade social, e uma educação crítica e não violenta, contra as opressões, preconceitos, discriminações, ideologias autoritárias.

Tudo ao nosso redor influencia nossas ações uns com os outros, podendo prejudicar nossa vida social ou transformá-la para melhor, segundo nossa organização coletiva. Sendo a violência sexual, o racismo, as violências de gênero e as desigualdades sociais, violências estruturantes da sociedade, o combate a estas violações dos direitos humanos é uma reparação das injustiças

perpetuadas por séculos. Defender os direitos das crianças e dos adolescentes é defender a vida e os direitos humanos para termos uma sociedade mais justa.

Assim, precisamos compreender nossa forma de organização política para que possamos eleger pessoas que realmente irão trabalhar a favor da população brasileira e não contra o povo brasileiro, priorizando a justiça, a igualdade social, a liberdade e o acesso a todos os bens materiais para toda a população e não só para alguns privilegiados.

Para que uma mudança realmente aconteça, pessoas com consciência de classe e com conhecimento histórico e crítico, sobre as lutas de classes, a diversidade das culturas, sobre relações de gênero e raça, com sede de justiça social, precisam assumir o poder para que haja transformação nas relações sociais. Criando leis que realmente façam a diferença na realidade das vítimas, contra as múltiplas violências praticadas na sociedade que afetam principalmente os grupos mais explorados e negligenciados e que possamos assegurar um presente e um futuro digno e justo para todas as crianças e pessoas da sociedade.

4.2 OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS

É fundamental que possamos enquanto sociedade organizar todas as esferas públicas e sociais no combate às violências contra crianças e adolescentes e realizar uma busca ativa das situações de violências contra as crianças e adolescentes junto aos órgãos públicos e todos os profissionais que atuam com crianças e adolescentes, oferecendo uma formação adequada para todos os profissionais para o combate às violências, para que possamos identificar e auxiliar no processo de recuperação da vida dessas crianças e de suas infâncias.

Já que o Estado cria as leis que governam a vida pública, é o Estado que precisa intervir no combate às violências que ele mesmo produz quando não age no combate às injustiças e às desigualdades sociais, que continuam vitimando milhares de pessoas no Brasil e no mundo. A burocracia institucional criada pelo Estado burguês afasta os cidadãos da compreensão real dos seus direitos e

deveres públicos, criando barreiras ao acesso ao conhecimento das estruturas sociais que atuam no regimento estatal das políticas públicas e que moldam nosso condicionamento social, com regras, punições e liberdade restrita das ações individuais.

A escola é a principal instituição capaz de reconhecer as organizações históricas e culturais que moldam nossa sociedade e atuar com a formação adequada de sujeitos críticos e capazes de atuar de forma integral e ética nas relações sociais, garantindo que as crianças e os adolescentes possam crescer e se desenvolver de forma plena e segura, atuando na prevenção e combate às violências. Por conta da obrigatoriedade da educação, as crianças e os adolescentes passam a maior parte do seu tempo diário nas instituições de ensino, é neste espaço que podemos identificar as necessidades de auxílio e proteção das crianças e adolescentes e garantir que seus direitos fundamentais não sejam violados. Como afirma o MEC:

Crianças, adolescentes e mulheres são sujeitos de direitos. As primeiras devem receber atenção especial, uma vez que a proteção por parte dos adultos, da sociedade e das instituições sociais lhes é assegurada por lei. Assim, a escola deve manter-se atenta e promover ações de formação de suas e de seus profissionais, de modo que tenham condições efetivas para identificar, acessar, atender e encaminhar casos de violações de direitos de crianças e adolescentes, especialmente diante de suspeitas de violência doméstica e familiar e de violência sexual. (2026, p. 65).

Cabe ao poder público tomar medidas efetivas e protetivas para que estes sujeitos possam sair das situações de violência e de negligência que muitas vezes acontecem no seio familiar, praticadas pelos próprios pais ou parentes das vítimas e causam severos danos às vítimas. Como aponta Westphal (2002):

Os progenitores da criança são o seu modelo de identificação e o seu primeiro abrigo em toda a questão que demande aconselhamento e orientação do adulto. Quando a base de confiança e apoio é, em vez disso, uma fonte de experiências negativas devido à violência e negligência, o dano físico e mental à criança tende a ser enorme. (p. 145).

Essa violência praticada contra as crianças pelos próprios adultos no seio familiar é uma herança colonialista em que o adulto é um autoridade

inquestionável em relação às crianças, herança que segue nos assombrando no presente, mas que agora podemos questionar, julgar e punir mesmo sendo um familiar, graças às mudanças nas leis para assegurar os direitos humanos. Pois, infelizmente, diariamente crianças e adolescentes estão sendo violentados por adultos, sendo 70% das vítimas de estupro no país, de acordo com o CONANDA (2018); e não conseguem sair da situação de vulnerabilidade e violência, enfrentando dificuldades em conseguir ajuda sozinhas. Assim, o Estado e a sociedade precisam intervir para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes, como destaca o CONANDA:

A Constituição Federal e o ECA estabelecem como dever do Estado, da família e da sociedade assegurar, com absoluta prioridade à criança e ao adolescente a efetivação de seu direito à vida, entre outros. Mas, apesar de tais provisões legais, nós nos deparamos todos os dias com números preocupantes de letalidade, o que resulta na negação desse direito fundamental. (2018, p.12).

Muitas pessoas são omissas e negligentes ao saber da situação de violência em que vivem muitas crianças e não fazem a denúncia nos canais de atendimento e proteção às vítimas, como o Disque 100 (Disque Direitos Humanos), um canal de atendimento do Governo Federal disponível 24 horas por dia que pode ser utilizado de forma anônima, e tem realizado inúmeros atendimentos auxiliando no processo de segurança das vítimas.

Segundo a análise do Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus-tratos na Infância (CRAMI), que é um dos precursores no combate às violências contra as crianças e adolescentes no Brasil: “Se o abusador sexual doméstico não é levado à responsabilização ou, pior, é considerado inocente, estará sendo legitimado diante da sociedade a continuar a praticando abusos sexuais.” (CRAMI, 2002, p. 33).

Enquanto o Governo Federal deveria estar trabalhando para resolver os problemas sociais, acabam reproduzindo o modo de vida desigual e violento da elite dos capitalistas que ocupam os cargos públicos. As políticas públicas deveriam ser criadas para combater essas violências e desigualdades sociais, mas os políticos assumem cargos de lideranças que deveriam ser para melhorar

a vida da população e acabam usando o poder para enriquecimento privado, causando prejuízos na vida pública que impactam toda a população.

O processo judicial ainda é muito conivente com o agressor e busca inocentar os culpados mesmo com provas e testemunhas, é desumano com as vítimas que precisam reviver o trauma e provar o crime. Para Westphal (2002): “A exposição à investigação da polícia e a confrontação com o acusado e seu advogado durante a acareação no tribunal demonstraram causar extensos danos mentais ao menor-vítima.” (p.153).

As penas para crimes de pedofilia e estupro, ainda são ineficazes, pois dificilmente os agressores são punidos, e quando são, eles sempre retornam para a sociedade e tendem a causar as mesmas violências. Estes crimes deveriam ser acrescidos e equiparados com torturas e julgados com a mesma severidade dos danos causados às vítimas, enquanto também é necessário uma educação preventiva de toda a sociedade no combate a estes crimes violentos. Como destaca Westphal (2002): “Na realidade, as sanções para atos violentos e abusos por parte dos progenitores deveriam ser ainda mais pesadas do que aquelas impostas a estranhos à criança” (p. 146).

As vítimas precisam ter acompanhamento de profissionais e apoio das instituições públicas para que possam enfrentar e se recuperar do trauma sofrido. O canal de denúncias “Disque 100” é gerenciada pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e tem apresentado um aumento de denúncias nos últimos anos Segundo o MDHC (2025): “O número de violações também aumentou, passando de 3,4 milhões, em 2023, para 4,3 milhões, em 2024, retrato da maior divulgação da existência do serviço”. Abaixo apresento a análise de dados feita pelo Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos:

Figura 2: Infográfico apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública



Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2025).

Esses dados mostram que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os estados que mais recebem denúncias de violações dos direitos humanos, sendo que as maiores violações são cometidas contra crianças e adolescentes. Tendo sido registrado em 2025 1.829.918 violações contra crianças e adolescentes, enquanto pessoas idosas também registram o segundo maior número, 1.070.215, seguido das pessoas com deficiência 763.907 mil, de violações contra os direitos humanos.

Esses registros nos mostram que as pessoas mais vulneráveis às violências sociais e o público alvo dos criminosos são crianças, adolescentes e idosos. Como vivemos em uma sociedade pensada para a produção de capital, lucro e riquezas as crianças e idosos são deixadas à margem da sociedade, ficando alheios aos benefícios sociais, como segurança, lazer e/ou bens sociais, sendo tratados como pessoas de menor valor social, podendo ser violentados,

explorados, desprezados socialmente, por não render lucros e produtividade que competem a sociedade atual capitalista que viola os direitos humanos enquanto exalta a hipervalorização do capital material.

A proteção contra os grupos vulneráveis precisa ser articulada na esfera pública com integração e obrigatoriedade das entidades governamentais e sociais de criar mecanismos de proteção e apoio a estes grupos. As crianças e adolescentes precisam de uma rede de apoio e proteção para que seus direitos não sejam violados, bem como a organização internacional World Childhood Foundation, conhecida como Childhood, que defende a luta pelo fim da exploração sexual contra crianças e adolescentes, como aponta em seu artigo:

Na prática, áreas como educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública funcionam como portas de entrada da rede de proteção. A escola pode identificar sinais de evasão escolar, negligência ou mudanças bruscas de comportamento. Os serviços de saúde podem reconhecer indícios de violência física, psicológica ou sexual. A assistência social acompanha famílias em situação de vulnerabilidade e atua na prevenção de riscos. Quando essas áreas se comunicam e compartilham responsabilidades, o cuidado deixa de ser fragmentado e passa a ser construído de forma articulada. É essa integração que permite respostas mais rápidas, eficazes e humanizadas diante de situações de risco ou violação de direitos, reafirmando que a proteção integral é uma responsabilidade permanente e compartilhada entre Estado e sociedade. (Childhood, 2026).

Alguns países estão desenvolvendo medidas para assegurar a inclusão e proteção das crianças nos processos legais há alguns anos, buscando garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, como a Lei 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, que prioriza o bem-estar das vítimas, oferecendo um ambiente seguro e com profissionais qualificados para atender e escutar as vítimas. São necessários auxílios financeiros para as vítimas e famílias para assegurar o bem-estar, a alimentação, moradia, saúde e melhores condições de vida. Segundo o MEC:

Nesse sentido, é fundamental não perder de vista que o ECA, em seu Art. 13, determina que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos contra criança ou adolescente sejam obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar (CT) da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. A mesma legislação estabelece ser dever de toda a sociedade e, de modo especial, de profissionais como médicos/as, professores/as e

responsáveis por estabelecimentos de ensino e de atenção à saúde – comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Compreende-se, portanto, que a violência configura maus-tratos e que maus-tratos são crime. O parágrafo único do Art. 245 do ECA prevê, inclusive, a aplicação de multa de três a vinte salários de referência aos/as profissionais e gestores/as que deixarem de cumprir esse dever, com aplicação em dobro em caso de reincidência. (2026, p.61).

As políticas públicas devem priorizar e garantir todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes a terem moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, cultura e segurança, entre outros, não somente na Legislação brasileira, mas na plena aplicação prática na vida social dos sujeitos que deles necessitarem. Defendo aqui a criação de uma renda universal para todas as crianças com vulnerabilidade social e vítimas de violência, não só no Brasil, mas no mundo. Para que estes possam ter condições materiais para se recuperar das violências sofridas.

No Brasil, temos o programa social Bolsa Família, que atende milhares de famílias, auxiliando no combate à fome, mas ainda é insuficiente para arcar com os altos custos de vida na sociedade e que é alvo constante das disputas políticas com a direita brasileira, que é contra o benefício. Essa renda é fundamental para que as vítimas sejam amparadas em lugares, abrigos ou famílias que possam realmente garantir a segurança, proteção e apoio multiprofissional, para que as vítimas possam se recuperar das violências sofridas e ter uma vida digna e justa.

É preciso incluir e validar a livre expressão das crianças quanto sua participação na vida social, assegurando seu direito de defesa e bem-estar, nas tomadas de decisão sobre a própria vida em coletivo com pessoas e profissionais que priorizem o bem-estar e segurança destas crianças vulneráveis, principalmente para as vítimas de violências e órfãos, como aponta o CONANDA:

Entende-se a participação como a liberdade de falar e ser levado em conta; portanto, a garantia da participação da criança e do adolescente deve ser compreendida na perspectiva do direito à liberdade de expressão e de ser ouvido nos diferentes âmbitos: família, escola, políticas, sistema de justiça, espaços de participação social, entre outros, não devendo sofrer nenhuma pressão ou coação. (2018, p.26).

Muitos políticos querem priorizar o acúmulo de riqueza dos empresários, enquanto negligenciam a população que mais sofre com a escassez de recursos para sobreviver na sociedade capitalista que expropria a riqueza do povo para benefício próprio, negligenciando todo o corpo social em detrimento dos interesses individualistas. Somente uma organização coletiva pautada nos conhecimentos históricos e culturais poderá criar leis e instituições para assegurar uma sociedade não violenta, que prioriza o bem estar de toda a população.

5 A ESCOLA COMO LUGAR DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS

No passado, tivemos uma educação pautada em diversas formas de violência, portanto seria correto afirmar que precisamos desenvolver uma educação não violenta, uma educação justa, prazerosa e libertadora. Graças a inúmeras pesquisas nos estudos da educação e infância, tivemos um avanço significativo no processo de desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes.

Para este trabalho utilizo como referência o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que provocou mudanças significativas no sistema educacional brasileiro e no mundo. Como demonstra em um de seus livros, “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, ele nos ensina que “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2018, p. 96).

Freire se dedicou a educar a classe trabalhadora de forma crítica, para que pudessem ir além do ensino técnico e aprender a pensar nas relações de opressão em que viviam. Para que os sujeitos pudessem participar ativamente na vida pública, para mudar e transformar a realidade em que vivem. Com um ensino integral, emancipatório e crítico, para que as pessoas pudessem compreender a própria realidade através do conhecimento do meio em que vivem, expandindo e relacionando com o conhecimento sistematizado historicamente. Freire nos ensina que:

É neste sentido que, para mulheres e homens, *estar no mundo* necessariamente significa *estar com o mundo* e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (2018, p. 57).

Os conceitos científicos foram produzidos historicamente pelas pessoas com base na realidade em que vivem. Esta análise tem como base a teoria crítica libertadora de Paulo Freire, Histórico-Cultural de Vygotsky como referência. Essas teorias demonstram que a necessidade de produção da vida humana, da transformação da natureza e do próprio ser humano é baseada nas relações sociais e materiais. Criando novas necessidades de alimentação, moradia, educação e saúde que são fatores que desenvolveram a capacidade de pensar e criar novos instrumentos de trabalho, de produção da vida, de ser e agir na vida coletiva.

Nosso modo de vida construiu novas relações sociais com o tempo histórico. A atividade humana é o que produz a existência humana, a realidade e o conhecimento adquirido historicamente são sistematizados e repassados para as gerações seguintes de forma oral ou escrita, através das artes, das histórias e da cultura. É com a educação que o ser humano se torna um ser racional, social, cultural e histórico, sujeito de transformação da própria realidade. Assim Freire defende:

Não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo leitura do mundo, que precede sempre a leitura da palavra. (2018, p. 79).

Cada povo e cada região elabora um ideal de educação, de acordo com as regras e costumes locais. Em todas as culturas esteve presente um modelo de educação tradicional própria em cada território, comunidade e nação. Pois a educação é o modo pelo qual as pessoas se humanizam, aprendem sobre si e o

meio em que vivem. A educação social reflete os sistemas que nos governam, pois são eles que fazem as leis que as instituições de ensino seguem.

A educação é imposta pelo regime de cada época, de acordo com o modo de vida da população. Até pouco tempo na história, somente os homens podiam frequentar as escolas e eram educados com o conhecimento das diferentes áreas. Enquanto meninas e mulheres não podiam frequentar a escola, apenas receber uma educação doméstica sobre os deveres domésticos e uma educação religiosa, sendo grande parte da educação do passado influenciada por uma doutrinação religiosa.

A educação é o acesso ao conhecimento histórico da humanidade, que foi sendo modificado com a organização sócio-histórica. Grande parte das revoluções sociais foram possíveis pelos estudos e disseminação do conhecimento para as massas populares, que sempre foram submetidas à diversas formas de coerção e violência, além de não terem acesso ao conhecimento histórico e das relações de opressões a que estão submetidas.

A educação dirige a formação social que começa na família, na comunidade na primeira infância, até acessar uma instituição de ensino que irá organizar e sistematizar o conhecimento de uma cultura. Foi através das lutas e movimentos sociais das mulheres trabalhadoras que precisavam de um lugar seguro para deixar seus filhos que surgiu a necessidade de uma instituição de ensino para as crianças, como as creches e pré-escolas.

Precusores humanistas da educação de crianças, como Rousseau, Montessori e Freinet, revelaram um novo modo de educar e cuidar das crianças, gerando uma nova concepção de infância que deveria ser protegida e educada. Na pedagogia tradicional, a centralidade da educação eram os professores, na pedagogia nova, o centro da educação eram os estudantes, as crianças que precisam ser respeitadas na sua singularidade de aprendizagem e desenvolvimento, considerando seu contexto histórico e social.

Com o desenvolvimento social, se entende que a realidade não pode ser captada em sua essência e, por isso, surgem as teorias científicas que tentam explicar e compreender as relações sociais. Com o advento do Iluminismo, as

pessoas se tornam o centro do mundo e não mais Deus e a religião, separando assim a religião do Estado, que deveria se tornar laico.

A passagem de uma educação religiosa para uma educação científica marca um novo modelo educacional dos povos, uma nova pedagogia humanista. Abrindo espaços para outras áreas do conhecimento e expandindo nossa capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, sobre as pessoas, sobre o meio e a nossa organização social.

Nossa sociedade por muitos anos recebeu uma educação tradicionalista de grupos opressores que se mantiveram no poder, reproduzindo as desigualdades sociais que impuseram os costumes através da educação da burguesia, baseada em princípios religiosos, principalmente após a catequização pelos jesuítas sobre os povos indígenas na África, na América, entre outros.

Com o processo colonialista europeu cristão que, em nome de Deus, promoveu as maiores violências já registradas na nossa história, como a catequização jesuíta, que perseguiu e exterminou povos que não se converteram à doutrina religiosa, usando métodos de tortura indescritíveis, que seguiram nos sistemas políticos do século XX, com o poder das instituições públicas e militares que instauraram ditaduras políticas para repressão social, bem como a ditadura brasileira iniciada em 1964.

A educação tradicional religiosa foi uma reprodutora dos sistemas de poder. A educação reproduz os sistemas opressores da sociedade, como o sistema patriarcal, misógino, opressor, punitivista e autoritário, que perpetuavam e asseguravam as desigualdades de classe, de gênero, de raça, étnicas e a intolerância religiosa. A influência religiosa continua atuando nos espaços de poder político e social para conservar uma tradição de violências do passado na atualidade. Para Freire (2018), “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar” (p. 59).

As novas correntes filosóficas iluministas e humanistas permitiram uma ascensão de uma nova pedagogia científica, pautada na metodologia

materialista, dialética, histórica e crítica. Que resgata a história social buscando justiça e o combate às violências institucionais, priorizando a educação popular para participação ativa na vida pública. Com a modernidade, a globalização, a era digital e a burocratização dos sistemas institucionais, tende-se a excluir a participação popular na vida pública e a espalhar notícias falsas usando os meios de comunicação para dispersar o conhecimento das massas, enquanto se mantém o domínio da burguesia e da elite nos cargos de poder.

Assim, após os movimentos populares pela reivindicação do acesso da população à educação pública, embora se tenha conquistado o direito à educação, esta educação foi limitada à população pobre e voltada ao mercado de trabalho de mão de obra barata, sendo ensinado o necessário para o trabalho, formando para uma educação técnica e não crítica. Reproduzindo as diferenças de ensino de acordo com a classe social, reafirmando as desigualdades sociais, através de um assistencialismo precário à classe trabalhadora e culpando os sujeitos pelo fracasso educacional perpetuado pelos sistemas políticos e econômicos. Assim, Freire afirma que:

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. (1983, p. 57).

Na atualidade, o sistema educacional é pautado pelo sistema capitalista e neoliberal que reproduz as desigualdades de classes, raça e gênero, desse modo, as violências se perpetuam nas instituições de ensino como reflexo da sociedade. Mas o sistema educacional também ganha novos espaços públicos na formação humana integral e crítica para a emancipação social.

Com o avanço das pesquisas, das teorias e das novas áreas de ensino que surgiram na modernidade, a população foi construindo o acesso ao conhecimento produzido historicamente, bem como aos diferentes níveis de ensino, como a educação fundamental, o ensino médio e superior, com a criação de leis que asseguravam a educação pública como um direito de todos, e não apenas de poucos privilegiados.

O ensino integral defendido aqui tem base na educação omnilateral proposta por Marx. Esse tipo de educação desenvolve todas as capacidades humanas: intelectual, física, moral, artística, política e crítica; reconhece o direito de todos ao ensino superior, que sempre foi um privilégio da burguesia. E quando finalmente a educação é um direito de todos, as desigualdades de classes são refletidas nas instituições de ensino, onde a classe trabalhadora ainda recebe uma educação limitada e técnica, baseada em aprender a ler e escrever para atender o mercado de trabalho e com cargos inferiores com mão de obra barata.

Enquanto isso, a classe dominante tem acesso ao maior grau de instrução nas escolas, recebendo uma educação integral de nível médio e superior e ocupando os trabalhos mais privilegiados da sociedade, como os cargos no poder público e cargos políticos, perpetuando as desigualdades de classe, através dos sistemas educacionais.

Vivemos em uma sociedade adultocêntrica em que as necessidades, os desejos e as ações dos adultos são o centro da vida social e que coloca as crianças e adolescentes como um vir a ser, um ser socializado pela cultura. Quando uma sociedade é pensada por adultos e para os adultos, tendemos a excluir as especificidades das crianças e adolescentes da organização social.

Tudo isso reflete em nossas práticas cotidianas nas quais as crianças ficam à margem da organização social dos adultos que priorizam suas atividades extras familiares, trabalho e/ou eventos sociais antes da organização da vida familiar no dia a dia. Ficando assim as crianças alheias a própria família e inseridas em uma sociedade que não foi pensada para proteger e assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, já que as violências e os conflitos sociais afetam diretamente e principalmente as crianças e adolescentes.

A infância é a primeira fase do desenvolvimento humano, defendendo que é o momento mais importante para se proteger, cuidar e ensinar as crianças, respeitando-as sempre no presente. Trata-se da fase em que elas devem participar ativamente do meio em que vivem, para que na fase da adolescência e na vida adulta, elas continuem com o processo de aprendizado e transformação da realidade em que vivem. Como demonstra Leontiev (2010), “O que determina

diretamente o desenvolvimento da psique de uma criança é sua própria vida e o desenvolvimento dos processos reais desta vida” (p. 63).

Durante a minha formação acadêmica, estudei que o eixo central do desenvolvimento da criança é a brincadeira, pois é na relação com os outros, com o meio e através da brincadeira que a criança aprende e se desenvolve, como nos ensina Leontiev (2010): “É precisamente no brinquedo que a criança, no período pré-escolar, por exemplo, assimila as funções sociais das pessoas e os padrões apropriados de comportamento.” (p.65).

A criança que é privada do brincar livre, do questionamento, da imaginação, do afeto e do sentido que o mundo lhe provoca terá dificuldade de se relacionar com os outros e com o meio, pois perdeu uma parte importante do seu processo de desenvolvimento e aprendizagem na infância.

As crianças precisam ter uma relação saudável com os outros, através das práticas e ensinamentos dos adultos, precisam de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade com acesso à cultura, ao lazer, à uma vida digna, saúde, à moradia, segurança e aos bens sociais produzidos historicamente, para que melhor desenvolvam suas capacidades integrais de aprendizagem e desenvolvimento.

Com isso, as escolas são os espaços de difusão do conhecimento humano de acordo com a fase do desenvolvimento das crianças, auxiliando seu desenvolvimento e aprendizado do conhecimento histórico, social e cultural, mediado pela vida familiar e social das crianças. Segundo o MEC:

A instituição educativa escolar é uma das responsáveis por parte significativa da formação de homens e mulheres, em suas múltiplas expressões de gênero, desejo, prazer e pertencimento étnico-racial. Nesse sentido, a escola e seus/suas profissionais são parte constitutiva das lutas que podem tanto instaurar quanto superar os movimentos de violência e, simultaneamente, fortalecer as ações de proteção dirigidas aos corpos de mulheres e meninas, de modo contínuo e permanente.(2026, p.32).

A educação deve servir para que estes sujeitos se sintam pertencentes ao meio em que vivem e sejam protagonistas no processo de inserção na vida social, podendo agir de forma consciente e crítica na sociedade. Como defende

Paulo Freire (2018), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 24).

A criança, por sua condição de ser em desenvolvimento e aprendizado, irá aprender a partir das referências sociais que a cercam. Sendo a família, a comunidade, a sociedade e o Estado, responsáveis pelos cuidados, proteção, educação e satisfação das necessidades das crianças. As crianças não precisam só de banho, comida e moradia, para além disso elas precisam de afeto, de interação, de integração nas relações sociais e de participação na vida coletiva, para se identificarem e se construírem enquanto sujeitos pertencentes da sociedade, sendo respeitadas com seus valores e suas singularidades.

Incluir as crianças na vida pública é uma obrigação social, pois a criança é um sujeito integrante e ativo na vida e nas relações sociais que precisa ser respeitada na sua participação e segurança na vida pública, mas a forma como a criança é inserida no nosso meio social é diferente em cada cultura, região e família.

Não podemos negar os direitos das crianças de participar e atuar ativamente na construção da vida pública, social e política de acordo com a capacidade de cada criança de manifestar suas necessidades, suas reivindicações, de serem ouvidas, incluídas, respeitadas e protegidas enquanto sujeitos sociais.

A escola é o espaço de formação humana que começa na primeira infância e segue por todas as fases do desenvolvimento humano. As instituições de ensino são o reflexo da organização política e social que não conseguem resolver todas as demandas sociais, como por exemplo as desigualdades sociais, pois estas dependem das forças políticas e sociais que influenciam o sistema educacional. Os estudos do MEC indicam que:

Ao incorporar à prática educativa o conhecimento das normativas e das políticas públicas, o/a profissional da educação cria ambiências e possibilita, aos/às estudantes e à comunidade escolar, condições para o reconhecimento de situações de vulnerabilização, bem como para o acionamento de mecanismos de denúncia, proteção e promoção da igualdade de gênero como direito fundamental das mulheres. Esses conhecimentos devem estar inseridos no Projeto Político-Pedagógico da escola, no Projeto de Desenvolvimento Institucional e,

consequentemente, nos planos de ensino de cada disciplina, projeto ou componente curricular, bem como nas diversas ações desenvolvidas no espaço escolar.(2026, p.18).

Assim, cabe aos profissionais da educação e todos os profissionais que lidam com as crianças, seja na saúde, no serviço social, entre outros, identificar e auxiliar no processo de recuperação das vítimas de violências, junto com outros profissionais e órgãos do poder público. Os estudos de Westphal apontam que:

Crianças pré-escolares tendem a exibir reações passivas e sintomas regressivos (enurese e diminuição da verbalização) em resposta à violência. Escolares já demonstram mais agressão que inibição e desenvolvem queixas somáticas, distorções cognitivas e dificuldades de aprendizado como resultado de experiências com a violência. Adolescentes respondem à violência com a prematura entrada na vida adulta ou a precoce interrupção da formação da identidade. Comportamentos autodestrutivos, como o uso de drogas, delinquência, promiscuidade e agressividade ocorrem também nessa fase da vida. (2002, p.119 *apud* Garbarino, 1992).

A educação não é responsabilidade só da escola, mas de toda a comunidade, família, sociedade e órgãos públicos. A escola é o centro de ensino do conhecimento, que precisa integrar a vida social e coletiva reconhecendo a pluralidade dos conhecimentos sistematizados e a realidade social, cultural e histórica dos sujeitos.

O professor e a equipe escolar com formação adequada e continuada são os responsáveis por mediar o conhecimento científico com a realidade social e histórica das crianças e adolescentes. Para isso, é preciso que o trabalho docente seja respeitado e valorizado socialmente pelas instituições públicas que regem os currículos educacionais, para que os docentes ofereçam as melhores condições materiais, de aprendizado e desenvolvimento aos estudantes. Os indicativos do MEC sugerem que:

Trata-se de sensibilizar, por meio das práticas pedagógicas e dos conhecimentos produzidos na escola, estudantes e profissionais da educação quanto à importância de reconhecer as diversas categorias e marcadores sociais e culturais, tais como gênero, raça, etnia, classe, sexualidade/orientação sexual, religião, idade/geração e territorialidade, entre outros, que organizam a vida em sociedade. O reconhecimento e a apropriação teórico prática desses marcadores possibilitam

compreender os modos como a sociedade brasileira foi e tem sido historicamente produzida, bem como os processos de produção dos sujeitos sociais. (2026, p. 59).

As disputas sociais pelo poder influenciam diretamente na vida pública e quando não temos uma formação adequada para compreender as relações de opressões e desigualdades, acabamos por reproduzir e defender o sistema que nos oprime. A formação crítica é capaz de nos libertar das relações de opressão, mas sempre sofreu ataques daqueles que estão no poder mantendo as desigualdades. Por isso, defendemos uma educação pública, crítica, emancipatória e integral, que permitirá que toda a população possa transformar para melhor a realidade que construímos. Como defende Westphal:

É óbvio que na base de tudo está o sistema de alta concentração de renda, de forte consumismo, de exclusão e de marginalização do pobre, de desemprego e desrespeito sistemático aos direitos sociais de largas faixas da população. É preciso redirecionar os recursos para tornar as políticas sociais mais efetivas. Enquanto os muitos ricos e a classe média não se conscientizarem de que o enriquecimento de poucos afeta a qualidade de vida de todos, portanto deles próprios, nada se resolverá e a violência imperará. É preciso investir maciçamente no bem-estar e na educação da criança e do adolescente no Brasil. A prioridade absoluta, diz a Constituição, é a criança (e não a dívida). (2002, p. 183).

Graças ao conhecimento histórico, a formação crítica, a luta por direitos e justiça social, a não conformação com às relações de opressão, que temos um mundo mais justo no presente do que no passado. Ainda assim, enfrentamos ondas de violência contra crianças, adolescentes e mulheres em todos os espaços sociais.

A escola é o espaço onde as demandas familiares são registradas no processo de socialização das crianças, revelando indicativos da organização familiar das crianças e adolescentes e contribuindo para uma busca ativa de casos de violências relatados pelas crianças no ambiente escolar. Esse trabalho necessita da intervenção e colaboração de outras instituições públicas, bem como de uma formação continuada para toda a equipe pedagógica para melhor atuar na prevenção e resolução dos problemas que são enfrentados no cotidiano das crianças e adolescentes no ambiente escolar. Para o MEC:

A escola é, sobretudo, feita de pessoas. Trata-se de uma instituição

constituída por sujeitos que vivenciam as dinâmicas da sociedade, com suas potencialidades e profundas mazelas. Isso significa reconhecer que as violências contra as mulheres atravessam o cotidiano escolar, inclusive porque essa instituição é composta, majoritariamente, por mulheres. Nesse sentido, como prática política, cabe à escola não ignorar a epidemia das violências contra as mulheres, incluindo aquelas que afetam diretamente mulheres que vivem e trabalham em seu interior. (2026, p.60).

É fundamental que a sociedade reconheça e respeite a pluralidade e individualidade dos sujeitos dentro e fora da escola, preservando seu bem-estar e direitos, como a integridade do corpo e da vida, destes sujeitos de pertencer a um mundo mais justo e solidário, como aponta Beauvoir (2019): “Não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito” (p. 67).

Cabe ao poder público oferecer uma equipe multiprofissional nas escolas que atenda todas as demandas das crianças e adolescentes no ambiente escolar, no qual os professores e todos os profissionais da educação ficam sobrecarregados com o grande número de demandas das crianças e suas famílias pois, no ambiente escolar, chegam casos diários de negligências e conflitos familiares. Para além dos educadores, as escolas necessitam de enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, defensores públicos e de políticas públicas eficazes para combater as violências e proteger as crianças em todas as esferas sociais. Para os autores, Santos e Ippolito (2011):

O sistema de garantia de direitos é composto de um conjunto de órgãos responsáveis por garantir a promoção, a defesa e o controle na implementação das leis de proteção a crianças e adolescentes. Entre eles, encontra-se os Conselhos Tutelares, as delegacias especializadas em crimes contra as crianças e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública e os centros de defesa. Ao notificar um caso de abuso e acompanhar os desdobramentos da denúncia, os educadores passam a interagir com esse conjunto de instituições, o que contribui para estimular o funcionamento do sistema e o fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes. (p. 19).

Deve-se construir políticas públicas que realmente privilegiam as crianças no combate às violências e às desigualdades sociais. Pois, se as crianças forem

o centro do desenvolvimento social, estaremos formando crianças livres, felizes, seguras e protegidas, que irão preservar o presente e o futuro da humanidade.

A formação docente precisa reconhecer as desigualdades em que vivemos, para que, através da prática docente, se possa intervir na construção de uma sociedade mais justa. Através do conhecimento sócio-histórico e de uma educação emancipadora, seremos capazes de compreender o nosso processo político, as relações de poder e as desigualdades que enfrentamos para podermos melhorar nosso modo de vida. Como defende Freire:

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando a coragem. (2018, p. 45).

Assim, a criança como sujeito de direitos adquire um novo sentido social, que precisa ser respeitada em sua singularidade, pois as crianças têm uma percepção diferente do adulto sobre o meio. O adulto já sabe identificar os objetos, as emoções, as construções e relações sociais. A criança ainda está aprendendo e conhecendo pela primeira vez, com o espanto, a curiosidade, com a imaginação e o encantamento, que é próprio das infâncias e que se perde no processo de crescimento. Manter a curiosidade, a imaginação, o interesse das crianças e adolescentes pelo conhecimento é fundamental na prática docente, como revela Freire (2018): “O exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser” (p. 85).

É fundamental para o desenvolvimento e aprendizado das crianças e adolescentes a descoberta do mundo, dos sentidos e dos significados que damos aos outros e ao meio, seja nas frustrações, nos conflitos, nas alegrias, nas brincadeiras, nas diferenças, nas similaridades ou nas reações dos sujeitos diante das ações alheias; é na complexidade de viver e compreender a realidade que nos tornamos seres sociais, educados, inteligentes e empáticos, como afirma Freire:

É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil. (2018, p. 131).

Toda ideologia é aprendida socialmente e pode ser desconstruída socialmente, por meio de uma educação crítica sobre nosso modo de organizar a vida social. É dever do Estado e das famílias promover uma educação não violenta, que não seja reprodutora de violências, e que saiba acolher as vítimas de violências, exercendo uma pedagogia libertadora dos indivíduos, a favor da igualdade de gênero, raça e classe, para assim combatermos as desigualdades, as discriminações e as violências na sociedade.

Por isso, educar para uma sociedade não violenta é educar para a defesa dos direitos humanos, para o respeito, para a alegria, para a justiça, para a liberdade, para a consciência crítica, para formação integral das pessoas, para eliminação das desigualdades e violências. Conforme aponta o MEC:

A EDH, que deve ser inserida de maneira transversal nos currículos da Educação Básica, está pautada no respeito à dignidade da pessoa humana, na valorização da diversidade cultural e ambiental, na garantia da cidadania e do acesso ao ensino, permanência e conclusão, na equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e na qualidade da educação, de modo a contribuir para o enfrentamento das violações de direitos no ambiente escolar. Educar em direitos humanos significa propiciar processos educativos que contribuam para a superação das desigualdades de gênero e toda prática sexista, machista, misógina e patriarcal que violenta mulheres e homens que não correspondem aos traços da masculinidade hegemônica. A preocupação com a superação de uma sociedade violenta deve ocupar os currículos e os processos formativos nas escolas e nas universidades, com vistas a mobilizar conhecimentos, ações, culturas, políticas e pensamentos que provoquem a busca pela efetivação de práticas capazes de alterar as culturas da desigualdade, das inequidades, do silenciamento das mulheres e meninas neste país. (2026, p.17).

A sociedade, a família e as diferentes organizações sociais precisam efetivar a educação desde a primeira infância com verdade, com amor, com conhecimento crítico. Assim, poderemos formar sujeitos mais conscientes do seu lugar no mundo, como defensores da vida e da natureza, capazes de ser

educados e de educar, contribuindo para a preservação de uma cultura de paz, com respeito às diferenças, sem desigualdades e preconceitos. Segundo o MEC:

É fundamental destacar que a escola não é a única responsável pelo enfrentamento e pela superação das violências. Trata-se de um problema social amplo, que envolve múltiplos atores e instituições. Contudo, a escola constitui um espaço privilegiado para o debate, a conscientização e a construção coletiva de respostas, pois nela se encontram sujeitos diretamente atravessados por essas realidades. Assim, enfrentar as violências deve ser compreendido como um compromisso coletivo, ético e político, de toda a sociedade. (2026, p.62).

Nossa sociedade precisa ser educada, e não só as crianças, mas também todos os adultos, para o respeito, o cuidado e a proteção com às crianças e adolescentes, para que se tornem adultos que preservem os direitos das infâncias e construam uma sociedade mais justa para todos. Precisamos educar a todos, para o respeito à vida alheia, coletiva e comunitária com a participação de todos nas decisões que envolvem a vida pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas diferenças individuais e culturais não podem estar acima da necessidade humana de viver em paz em sociedade, priorizando o acesso ao conhecimento, à moradia, à alimentação saudável, à saúde e à educação de qualidade para todos os povos. A organização social é realizada por diferentes pessoas que atuam em cargos de poder público e que influenciam diretamente nossa vida individual e coletiva. Por isso, devemos assegurar um Estado democrático de direito, que inclua a participação de todos na formulação e implementação das políticas públicas para o bem-estar social de toda a população.

As crianças e adolescentes precisam ser priorizados nos debates e sistemas políticos, sociais para assegurar que seus direitos humanos fundamentais sejam preservados e não sejam violados. Conforme apontado na pesquisa temos uma história social marcada por violências, sendo as violências sexuais perpetuada nas diversas culturas ocidentais por séculos através do sistema patriarcal, colonial, capitalista, contra os corpos de mulheres, crianças e

adolescentes, em que a maioria das ocorrências são no ambiente doméstico, praticado por um homem da família, prejudicando o desenvolvimento físico, psicológico, social, familiar das vítimas, que apresentam diferentes problemas comportamentais, psicológicos, sociais, decorrentes da violência sofrida.

Esta pesquisa não abrange todas as diversas formas de violências praticadas na sociedade, pela complexidade da temática e das diferentes formas de análise da realidade, por isso ela pode ser um caminho para chegar em outras formas de violências existentes na sociedade, pois permite refletir sobre a construção histórico-crítica que pode despertar novos interesses de continuidade da pesquisa, como a educação de gêneros e sexualidade.

Para termos uma sociedade livre de violências, precisamos de ações intersetoriais para garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, em toda a sociedade, com formação qualificada para os diversos profissionais que atuem com crianças e adolescentes, principalmente os professores que atuam na formação e educação humana, incluindo nas escolas públicas de combate e prevenção às violências sexuais, que precisam estar nos currículos oficiais para garantir uma educação nas escolas que contribua com a proteção e acolhimentos das crianças e adolescentes.

É necessário priorizarmos um mundo mais justo e digno para todos, através de um ensino integral dos sujeitos, que promova a garantia dos direitos humanos na sociedade, combatendo as desigualdades sociais, e violências, precisamos que toda sociedade cumpra seu dever de proteção e acesso aos bens sociais para todas as crianças e adolescentes no mundo.

Para isso, todos os órgãos públicos e políticos precisam priorizar o combate às violências sociais, ultrapassando as barreiras criadas pelas desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, entre outras. Assegurando o bem-estar e os direitos das crianças e adolescentes em todo o mundo. Assim, estaremos modificando o triste caminho histórico social que temos até agora, direcionando para um presente e um futuro seguro e livre para todas as crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**; tradução Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes.** et al. São Paulo: Iglu editora, 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Org. et al. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**; Tradução Sérgio Milliet. - 5º ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** Disque 100 - Direitos Humanos. Brasília, DF: MDHC, 2025.
Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2025>. Acesso em: [09-05-26].

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.** XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - XI CNDCA , Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. **O papel da escola no enfrentamento à violência contra meninas e mulheres.** Brasília: MEC/SECADI, 2026. v. 4. (Coleção Educação em Direitos Humanos). Disponível em: <https://mecred.mec.gov.br/recurso/369507>. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/12394>. Acesso em: 19 maio. 2026.

CHILDHOOD BRASIL. **O que é o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente?**. 2026. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/o-que-e-o-sistema-de-garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/>. Acesso em: 09 de jun. de 2026.

CRAMI. Centro Regional aos Maus-tratos na infância. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002. (Série fazer valer os direitos; v.1).

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/> Acesso em: 29 de abr. de 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

UNICEF. Direitos negados: **a violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. Brasília, DF: UNICEF, 2001. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/4021/file/Direitos_Negados.pdf. Acesso em: 14 jun. 2026.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LÊNIN. Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Introdução Jose Paulo Netto; Tradução Javert Monteiro. São Paulo: Global, 1987.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R.; VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. 6 ed. Tradução. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. 20 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002. Disponível em <<https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saud-e-1.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2026.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica, RJ: EDUR, 2011.

SOUZA, Cecília de Mello e. ADESSE, Leila. **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: 2005.

VIGOTSKII, Lev Semenovitch. Luria, Alexander Romanovich. Leontiev, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução: Maria da Pena Villalobos. 11 ed. São Paulo: Ícone, 2010.

WESTPHAL, Marcia Faria. **Violência e Criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.